



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização

Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores do Sistema
Prisional

OS SIGNIFICADOS DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA ADOLESCENTES PRIVADOS
DE LIBERDADE

JACQUELINE DE SOUSA ALVES

Fortaleza - Ceará

Novembro de 2012

JACQUELINE DE SOUSA ALVES

**OS SIGNIFICADOS DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE**

Monografia apresentada no curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para Professores do Sistema Prisional da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional do Ceará.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ercília Maria Braga de Olinda.

Fortaleza - Ceará

2012

JACQUELINE DE SOUSA ALVES

**OS SIGNIFICADOS DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE**

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ____/____/____

Prof^a. Dra. Ercília Maria Braga de Olinda
Orientadora

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Prof^a Dr^a Maria José Barbosa
Coordenadora Pedagógica

Jacqueline de Sousa Alves

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar à Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada

A minha mãe, meu esposo, minhas filhas, meu neto e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

A minha professora orientadora que teve a paciência e que me ajudou bastante à concluir este trabalho

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Aos amigos pelo incentivo e pelo apoio constante.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção.”

(Paulo Freire)

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Entrada do Centro Educacional Patativa do Assaré.....	20
Fotografia 2 – Recepção	20
Fotografia 3 – Direção	21
Fotografia 4 – Cozinha	21
Fotografia 5 – Sala de Recepção Visitas	22
Fotografia 6 – Anexo da Copa.....	22
Fotografia 7 – Sala de Visita	24
Fotografia 8 – Sala de Monitoramento	24
Fotografia 9 – Setor de Serviço Social	25
Fotografia 10 – Setor Jurídico	25
Fotografia 11 – Setor de Psicologia.....	25
Fotografia 12 – Sala da Coordenação Pedagógica	26
Fotografia 13 – Enfermaria e Odontologia.....	26
Fotografia 14 – Refeitório	27
Fotografia 15 – Sala dos Professores.....	28
Fotografia 16 – Salas de Aula.....	29
Fotografia 17 – Quadra Poliesportiva.....	29
Fotografia 18 – Campo de Futebol	29
Fotografia 19 – Oficinas de Tecelagem, Customização e Arte em Embalagens de Presente.....	30

Fotografia 20 – Oficina de Vassouraria.....	31
Fotografia 21 – Oficina de Saneante	31
Fotografia 22 – Fábrica Metal Mecânica Maia	32
Fotografia 23 – Sala dos Professores.....	32
Fotografia 24 – Avenida Beira Mar.....	40
Fotografia 25 – Praça do Ferreira	40
Fotografia 26 – Catedral Metropolitana de Fortaleza.....	41
Fotografia 27 – Passeio Público	41
Gráfico 1 – Mapa de Fortaleza	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CAPÍTULO I: DIAGNÓSTICO DO CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ (CEPA) NOS ASPECTOS HISTÓRICOS PEDAGÓGICOS ADMINISTRATIVOS E RACIONAIS DA UNIDADE	19
2 CAPÍTULO II: ATIVIDADES REALIZADAS EM SALA DE AULA: EM BUSCA DE UM ENSINO SIGNIFICATIVO.....	36
2.1 HISTÓRIA DA CIDADE DE FORTALEZA	39
2.2 CIRANDA CULTURAL FOLCLORE CEARENSE	43
2.3 AOS OLHOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES.....	45
3 CAPÍTULO III: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA OS ADOLESCENTES DO CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ (CEPA) QUE ESTÃO PRIVADOS DE LIBERDADE	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
APÊNDICES	59
APÊNDICE A – Plano de Aula 1	59
APÊNDICE B – Plano de Aula 2	60
APÊNDICE C – Questionário	61
ANEXOS	62
* ANEXO 1 – A idade de ser feliz	62
* ANEXO 2 – A Convivência	63
* ANEXO 3 – Mapa de Fortaleza.....	64

* ANEXO 4 – Trava-línguas	65
* ANEXO 5 – Adivinhações	68
* ANEXO 6 – Música “Escravo de Jó”	69
* ANEXO 7 – Regimento do Centro Educacional Patativa do Assaré - CEPA.....	70
* ANEXO 8 – Fluxograma técnico / Administrativo - CEPA.....	91

INTRODUÇÃO

A presente monografia resultou de uma pesquisa qualitativa que teve como tema o ensino de História e seu significado para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA).

Acredito ser possível resignificar os conteúdos do ensino da História, bem como seus métodos, a partir dos depoimentos dos próprios adolescentes. Minha intenção foi fazê-los compreender que a História é uma ciência formativa, emancipadora e libertadora, com significados para suas vidas. Tentei colaborar para o aprimoramento da prática pedagógica desenvolvida no cotidiano de uma instituição que vive a contradição de educar, ao mesmo tempo em que aplica medida corretiva em face de infrações graves, de acordo com determinação judicial. Desta expectativa surgiram as questões orientadoras da investigação, a saber: quais os significados dos conteúdos vinculados no cotidiano na Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os socioeducandos? Em que medida os temas adotados no ensino de História correspondem às necessidades formativas dos adolescentes? Como os estudantes vêm esta disciplina escolar?

Espero, ainda, ter iniciado uma reflexão que contribua na problematização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), discutindo os conteúdos e a metodologia da História, de modo a que pensemos a potencialidade do conhecimento histórico como fator de formação de identidade e consolidação de valores que são fundamentais para os seres em condições peculiares de desenvolvimento. É importante pensar como os eventos históricos e a reflexão sobre eles podem trazer justificativas para o modo de ser e estar no mundo.

Os motivos que me levaram a escolher este tema foram de duas ordens: a primeira está relacionada com a minha formação específica no Curso de Licenciatura em História, concluído em 2 de março de 2009 na Universidade Estadual Vale do Acaraú; a segunda teve origem nas inquietações e dificuldades encontradas na minha prática pedagógica como professora desta disciplina escolar, sobretudo quando buscava o envolvimento dos adolescentes nas discussões que propunha. Estas dificuldades estiveram presentes na experiência de quatro anos que tive em escola particular de ensino fundamental, porém, aprofundaram-se no cotidiano do Centro Educacional em que atuo e que foi o lócus da pesquisa.

Entendo que a História tem um papel central na formação da conscientização histórica do indivíduo, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e a práxis individual e coletiva da sociedade. Sendo a disciplina de História uma ciência reflexiva que se utiliza como instrumento de conscientização para os indivíduos e a construção de uma sociedade mais justa, livre e digna, entende-se neste contexto que esta disciplina se coloca como possibilidade de aprendizagem significativa para favorecer o desenvolvimento da cidadania e a construção de uma sociedade com princípios democráticos. Espera-se que os conhecimentos escolares no campo da história possam trabalhar a cidadania visando conscientizar os adolescentes dentro do contexto de privação de liberdade focando e esclarecendo o significado da cidadania dentro de suas vivências, no entanto, este fim ainda não tomou corpo no espaço / tempo escolar deste contexto.

Ao ministrar os conteúdos em sala de aula observo o interesse e a participação dos educandos, procuro trabalhar várias atividades na tentativa de envolvê-los nos conteúdos apresentados, utilizo diferentes metodologias que buscam se adaptar à vida social, cultural e econômica desses adolescentes na perspectiva de desenvolver as aptidões de aprendizado da História. A minha prática pedagógica sempre esteve baseada nos saberes e conhecimentos prévios de mundo dos educandos. Valorizo a dialogicidade nos conteúdos selecionados, na perspectiva de reflexão, viabilizando a emancipação e a autonomia dos educandos, de acordo com a visão do educador Paulo Freire (1996, p.60), que nos diz:

O diálogo [...] é um ato de criação, de afirmação reflexiva sobre o mundo, acerca da realidade histórica e concreta. É a demonstração da capacidade humana de entender-se, compreender-se mutuamente: todavia, o exercício do diálogo requer de cada sujeito uma atitude humilde e radicalmente democrática. É nesse sentido que há dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem nas diferenças, sobretudo no respeito a elas.

Com o fundamento dialógico, busco utilizar o vasto leque da disciplina de História para contribuir com o aprendizado dos adolescentes com dificuldade de socialização, no entanto as dificuldades persistem. Caberia perguntar sobre os motivos mais profundos para a falta de interesse e de participação dos adolescentes. Como envolvê-los? Como mostrar a importância dos conteúdos da História nas suas vidas? É possível garantir o interesse nas condições em que eles estudam? A última questão está na base de tudo.

A imprensa tem noticiado com frequência a falta de adequação dos centros educacionais no estado do Ceará ao SINASE. Para ilustrar, trago duas manchetes recentes do Jornal O Povo: a primeira, de 25 de setembro de 2012 diz “Adolescentes – Juíza critica superlotação no Patativa do Assaré e a segunda, dois dias depois, indica “Adolescentes – Para Juíza, unidades não têm estrutura adequada”. Vemos assim, persistirem inadequações estruturais, pedagógicas e administrativas que miram os esforços isolados por fazer da medida de privação de liberdade um momento, ainda que difícil e traumático para o jovem, uma oportunidade de vivência de relações solidárias e de incentivo ao estudo e ao preparo para o mundo do trabalho. Deste modo seria possível vivenciar todos os princípios previsto pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – Lei Nº12.594, de 18 de janeiro de 2012 conforme explícito no artigo 35: legalidade, excepcionalidade, restauratividade, proporcionalidade em relação à ofensa cometida, brevidade, intervenção, discriminação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

No presente trabalho concentrei a atenção nas questões pedagógicas ligadas ao ensino de História, mas sabendo que a situação organizacional precisa de resposta urgentemente. Assim, vejo na metodologia decorrente das concepções freireanas uma possibilidade para reverter este quadro, sobretudo quando ele aponta para o caminho da problematização e das relações afetivas e investigativas na relação pedagógica.

Quando Paulo Freire propõe uma prática educativa problematizadora, questionadora, investigadora e que tenha relação com a realidade vivida pelos sujeitos, está indicando o diálogo como ponto fundamental, isto é, para uma educação na qual haja participação e respeito pelos sujeitos que dela participam. É desta forma que se propõe partir da realidade local, para em seguida ampliar conceitos e compreensões que ajudem os adolescentes a avançar na afirmação de ideias e projetos superadores das condições de desigualdades enfrentadas. Tal educação vê os adolescentes com sujeitos históricos, responsáveis pela construção de conhecimento, acreditando numa proposta de sociedade com valores humanos, que contemple a solidariedade entre os povos, o respeito às diferenças e diversidades culturais analisadas pela proposta do contexto histórico.

Posso afirmar que vivemos ainda uma conjuntura de crise na História, mas as diversas propostas de ensino e práticas docentes de caráter inovador têm ajudado a viabilizar outras concepções pedagógicas, comprometidas com a libertação e a emancipação do homem. É a História, a mais política das ciências sociais. Tem ressurgido das cinzas, pois no período

da ditadura militar pensaram em sepultá-la ou calá-la. Porém hoje está mais fortalecida do que nunca. O que se depreende das orientações oficiais sobre esta disciplina

Trago aqui os objetivos do ensino de História, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

- Fazer com que os educandos reflitam sobre a presença da História no currículo e debatam a contribuição do estudo da História na formação dos educandos. Esta proposição vem fundamentar a proposta de desenvolver, através de atividades, novas estratégias, de desempenho que visa novas possibilidades para o ensino da história;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades efetiva, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança.

Analisando uma instituição especializada como o Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA) em que adolescentes privados de liberdade são sustentados por uma proposta socioeducativa, leva-me a questionar sobre quais aspectos a disciplina de História pode favorecer para a formação da cidadania desses adolescentes. Entretanto posso afirmar que a principal característica do ensino de História no Brasil, no atual contexto histórico, é a busca incessante do fim da exclusão. Assim, o ensino Fundamental e Médio tenta se constituir como espaço de construção de saberes e práticas fundamentais, reconstituindo a passagem de libertação do homem de súdito para cidadão, dando ênfase ao processo de transformação desse adolescente na sociedade em que está inserido. O que leva à necessidade de fomentar o desenvolvimento pleno deste adolescente, por meio, dentre outros, de uma educação de qualidade considerando e respeitando a diversidade, a dimensão social, cultural, econômica desse jovem na sociedade. Pelo menos, este é o plano no nível das ideias.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino regulamentada para atender aos indivíduos que não tiveram a oportunidade de se inserir ou permanecer na escola. Baseada neste preceito, irei fundamentar essa modalidade de ensino como instrumento fundamental para construção da cidadania.

Hoje há um questionamento entre os sujeitos que militam na defesa dos direitos de criança e de adolescentes: sendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma modalidade de ensino destinada àqueles que por alguma razão não tiveram acesso à

educação escolar ou que apresenta descontinuidade em seus estudos, por si seria garantia de adequação à clientela privada de liberdade? De acordo com o *Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo: diagnóstico da privação de liberdade de adolescentes do Ceará*, elaborado pelo Fórum Permanente das Organizações Não Governamentais (ONGs) do Direito da Criança e do adolescente no Ceará. Todos os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas encontram-se formalmente matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sem restrições. Além do que, é direito dos adolescentes e suas famílias a opção por cursar a série regular ou na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a modalidade de Educação, quando adequada à idade e as condições do educando, não pode ser imposta, além de ser proibido antes dos 15 anos de idade. Vejamos o que diz o referido relatório a este respeito. O referido relatório denuncia como negação do direito a educação que os adolescentes em cumprimento de medida de internação, entre 12 e 21 anos, estão formalmente matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A proposta de educação formal, se é que de fato existe, pressupõe que todos os adolescentes estejam em uma grande distorção idade-série e que nenhum tenha concluído o ensino fundamental. Além de desrespeitar a legislação educacional, matriculando adolescentes menores de 15 anos na Educação de Jovens e Adultos. Todos estão formalmente matriculados no CEJA, independentes da idade e da escolaridade. (2012, p.35)

Os parâmetros norteadores da ação pedagógica nas unidades que executam as medidas socioeducativas de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, devem:

Propiciar aos adolescentes o acesso a direitos e as oportunidades de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão substancial ético-pedagógica (Art. 33).

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação de jovens e Adultos em situação de privação de liberdade é relevante destacar que: a educação é um direito humano subjetivo previsto em diferentes instrumentos legais, estando-se sintetizada na Constituição Federal, conforme frisado anteriormente a Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988) proclama:

Art 206 - “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e intensificada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Art 208 - estabelece o dever do Estado na garantia do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito assegurando inclusive, “sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

A Educação de jovens e adultos (EJA) dentro da sua intencionalidade em diferentes ambientes e vivências, procura contribuir para a formação de Jovens e Adultos como sujeitos da história. Estando presente em diferentes espaços, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) volta-se para um conjunto amplo e heterogêneo de jovens e adultos oriundos de diferentes classes sociais. Tal diversidade é fundamental por garantir o acesso à elaboração de saberes e reconstrução de saberes que contribuam para humanização e emancipação dos adolescentes que se encontram privados de liberdade. A Lei 4/2010 aprovada em 9 de Março aponta as Diretrizes Nacionais da Educação de Jovens e Adulto (EJA), propondo a oferta de educação para Jovens e Adultos (EJA) em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

O Brasil possui uma parcela considerável de jovens, onde a desigualdade tem sido a marca da diversidade em nosso país. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na medida em que se afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos, nega a forma de pensar que uns valem mais do que outros, enfrentando as desigualdades como desafios a serem superados pela sociedade brasileira. Entretanto, potencializar a diversidade na educação pode vir a contribuir para a transformação social, a formulação e a execução de propostas educativas em que esses adolescentes capazes e cheios de energia, imaginação, criatividade, estejam no centro com seus desejos, necessidades e expectativas de educação, cultura, saberes e práticas, venham a proporcionar meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, mas de toda sociedade brasileira. Essa realidade, segundo Cury (2004, p.20)

[...] tem a ver com um país que, desde seu início, foi bastante injusto com os que com seu trabalho construíram as riquezas da nação e que não viram distribuídas essas riquezas acumuladas, de modo que todos pudessem ter acesso aos bens sociais necessários à educação escolar. E a existência da Educação de Jovens e Adultos (EJA) visa reparar essa situação, mas a situação em si é mesma intolerável do ponto de vista da cidadania.

O ensino de História propõe-se a conteúdos e situações de aprendizagem que possibilitem aos educandos refletir criticamente sobre as convivências e as obras humanas, ultrapassando explicações organizadas a partir unicamente de informações obtidas no presente e a partir de dados parciais. Na perspectiva que os educandos conheçam e debatam as contradições, os conflitos, as permanências, as diferenças, e as semelhanças existentes no interior das coletividades e entre elas, considerando que estão organizadas a partir de uma multiplicidade de sujeitos, grupos, e classes com alguns interesses comuns e outros diferentes, dentro dos acontecimentos econômicos, políticos, culturais, sociais, filosóficos de legados históricos contínuos e descontínuos no tempo.

De acordo com os PCNs do ensino fundamental da disciplina de História é importante:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direito político, civis e sociais adotando no cotidiano atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si a reciprocidade do respeito;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitivas, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social para agir com perseverança na busca de conhecimentos e no exercício da cidadania;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Aprender e ensinar são processos sublimes e implicam em ações pelo qual um indivíduo constrói seus conhecimentos mediante a observação do mundo que o circunda, sua ação sobre os objetos, a informação que recebe do exterior a reflexão que faz diante dos fatos que ele observa. Os princípios trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8069-90 de 13-07-1990 reforçam a importância do direito à educação à esses jovens que estão privados de liberdade. No seu artigo Art.53, preceitua que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II - Direito de ser respeitado por seus educadores.

III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

O **objetivo geral** da pesquisa foi compreender os significados dos conteúdos veiculados no ensino de História para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Centro educacional Patativa do Assaré (CEPA). Para atingir tal objetivo, respondendo as questões orientadoras anteriormente expostas, elegi os seguintes **objetivos específicos**:

- diagnosticar o lócus da pesquisa, destacando aspectos históricos, pedagógicos, administrativos, estruturais e relacionais;
- mapear os conteúdos trabalhados na disciplina de História, analisando em que medida estes correspondem às necessidades formativas dos adolescentes;
- apresentar a visão dos socioeducandos sobre esta disciplina escolar, averiguando como a História está contribuindo para a formação dos adolescentes com dificuldade de socialização.
- refletir sobre a minha própria prática pedagógica.

A abordagem qualitativa foi a mais adequada, pois dada a complexidade do objeto em questão, propiciou a valorização da dimensão subjetiva, trazendo os sentimentos, as crenças, as atitudes e valores, dentre outros aspectos tão significativos para os adolescentes. Na prática, o pesquisador deve ser capaz de identificar e analisar, o mais profundamente possível, dados não mensuráveis. Segundo Minayo (1992, p.105), a pesquisa qualitativa "se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantitativa".

A estratégia utilizada foi o estudo de caso simples que apresenta as seguintes características na visão de Bogdan e Biklen (1994, p.39): a fonte direta dos dados, o ambiente natural, enquanto que o investigador é o principal agente para a recolha desses dados; os dados que o investigador recolhe são de caráter descritivo; o investigador interessa-se mais pelo processo do que pelo resultado; a análise dos dados é feita de forma indutiva; o investigador interessa-se, acima de tudo, de tentar entender os significados que os

participantes dão às suas experiências.

A primeira técnica utilizada foi a observação participante. Seguindo um roteiro previamente discutido com a orientadora da pesquisa (apêndice 01) e utilizando o diário de campo para registros descritivos, fiz, em parceria com mais duas colegas que também tinham o Centro Educacional Patativa do Assaré como lócus de pesquisa o levantamento dos dados para o diagnóstico da instituição. Também fiz análise documental para conhecer a estrutura e proposta pedagógica do CEPA. Para tanto foram utilizados os seguintes documentos:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- Regimento Interno da Unidade
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)
- Parâmetros Nacionais Curriculares do Ensino de História (PCN)s
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)
- Monitoramento do Sistema Socioeducativo: diagnóstico da privação de liberdade de adolescentes do Ceará
- Informativo da Coordenadoria da Proteção Social Especial – Célula das Medidas Socioeducativas

A interação com os jovens para produção dos dados se deu ao longo de um mês com realização de conversas informais individuais e rodas de conversas grupais. Nestes últimos apliquei questionário (apêndice 02), fiz entrevista semiestruturada (apêndice 03) e apliquei técnicas de dinâmicas de grupo – representação com desenhos e contação de momentos em sala de aula - em que abordei questões concernentes aos significados do ensino de História e aos conteúdos vinculados no cotidiano da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e se estes correspondem às necessidades formativas dos adolescentes privados de liberdade.

Esta monografia está dividida em três capítulos conforme se descreve a seguir: o primeiro capítulo apresenta o diagnóstico do Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA), destacando seus aspectos históricos, pedagógicos, administrativos e relacionais da unidade. O segundo capítulo trata dos fundamentos e aspectos metodológicos do ensino de História, mostrando dois planos de análise: um que se refere ao que dizem os autores e sobre o que propõem as diretrizes curriculares e, o outro, tratando do que de fato realizei em sala de aula.

No terceiro e último capítulo trago os relatos da trajetória de vida dos adolescentes em conflito com a lei, abrindo um paralelo sobre a importância e o significado do ensino de História para esses jovens e faço uma síntese do que eles apontam como significado do ensino de História para eles. Por fim, nas considerações finais, abordei aspectos que precisam ser revistos na prática pedagógica a partir dos conceitos que foram utilizados neste trabalho e nos resultados obtidos.

CAPÍTULO I: DIAGNÓSTICO DO CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ (CEPA) NOS ASPECTOS HISTÓRICOS PEDAGÓGICOS ADMINISTRATIVOS E RACIONAIS DA UNIDADE

O Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA) está localizado à Rua Jarandi Alencar, nº 2555, Bairro Ancuri, Messejana. Sua fundação ocorreu em 02 de Abril de dois mil e dois. Foi destinada inicialmente para a internação de adolescentes de 17 anos, em conflito com a lei do sexo masculino em situação de sentenciados, os quais são encaminhados pelo juizado da infância e da juventude de Fortaleza, das comarcas de outros municípios e advindos de outros Centros Educacionais. Também recebe aqueles que estão em cumprimento de internação que corresponde a um descumprimento de medida imposta pelo juiz, com duração de 90 (noventa) dias. As referidas medidas Socioeducativas estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos seguintes termos:

Art.108: A internação antes da sentença pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Art.122: A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
- II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves.
- III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

O Estado do Ceará dispõe de uma rede de 12 unidades Socioeducativas. O Centro é uma das oito em Fortaleza, que são divididas pela natureza do atendimento e da faixa etária dos adolescentes, sendo uma de recepção, duas de internação provisória, três de internação, uma de Semiliberdade masculina e uma unidade feminina que atende as quatro medidas Socioeducativas.

Fotografia 1 – Entrada do Centro Educacional Patativa do Assaré



Os Centros Educativos são mantidos pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do estado do Ceará, em parceria com a Coordenadoria de Proteção Social Especial, célula de atenção às medidas Socioeducativas que procura garantir o atendimento e a proteção integral ao adolescente em conflito com a lei, em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Fotografia 2 – Recepção



Na primeira gestão da unidade esteve à frente o Sr. Abraão Pinheiro Filho, que permaneceu por 10 (dez) anos. Durante sua gestão aconteceram vários conflitos (rebeliões) resultando na morte de dois adolescentes. Em março de 2012 houve mudança, assumindo a unidade o orientador de célula Sr. Fernando Albuquerque Barroso, permanecendo a mesma

equipe de colaboradores. O Centro conta com o seguinte quadro de profissionais: um diretor administrativo responsável pela ordem e disciplina geral da unidade; duas assistentes administrativas; duas assistentes sociais; duas pedagogas; uma advogada; um dentista; um enfermeiro; uma psicóloga; seis professores de sala de aula; um educador físico; um técnico em educação física e seis instrutores de ofícios em diferentes áreas.

Fotografia 3 – **Direção**



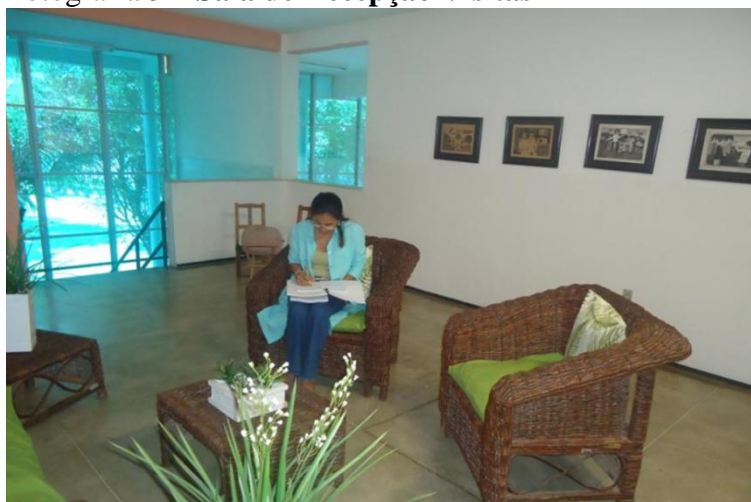
No quadro dos serviços gerais, a instituição trabalha com a colaboração de um auxiliar administrativo, oito cozinheiros e quatro copeiras. Nos serviços de manutenção o Centro conta com um electricista, quatro vigias e três porteiros que fazem o transporte do diretor até a unidade, bem como o traslado dos internos quando estes necessitam se ausentar desta unidade, seja para o fórum (audiências) ou para os demais assuntos. Colaboram também na emissão de documentos, consultas médicas e urgência e emergência.

Fotografia 4 – **Cozinha**



A instituição opera com um contingente de funcionários abaixo de suas necessidades, pois no que se refere ao educador social, o número existente não é suficiente para a quantidade de adolescentes. O Centro atualmente conta com cento vinte e seis educadores sociais, um coordenador geral de disciplina e quatro coordenadores de plantão. A princípio, conforme depoimentos de pessoas que iniciaram nesta unidade, o Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA) começou seu atendimento com um número reduzido de adolescentes: aproximadamente 20 jovens com idades entre 16 e 18 anos. No decorrer do tempo o número foi crescendo e atualmente a unidade funciona com um número de adolescentes além de sua capacidade.

Fotografia 5 – Sala de Recepção Visitas



Fotografia 6 – Anexo da Copa



A estrutura física da unidade foi construída para receber sessenta (60) adolescentes, atualmente está superlotada. Conforme os dados apresentados referentes ao dia 16/10/2012 a unidade estava com cento e cinquenta e sete (157) adolescentes, abrigando, portanto, o triplo da sua capacidade. A superpopulação é um dos fatores preocupantes de todos os que fazem esta unidade. De acordo com o relatório de monitoramento do Sistema Socioeducativo o Ceará é o estado que tem as unidades mais superlotadas, com 67,8% de adolescentes a mais do que adequada para sua capacidade. Com base no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: a estrutura física das unidades será determinada pelo projeto pedagógico específico de atendimento, devendo respeitar as exigências de conforto ambiental, de ergonomia, de volumetria, de humanização e de segurança. Colocando como parâmetro de atendimento o número de 40 adolescentes por unidade de internação.

Considerando a fase peculiar do desenvolvimento humano do seus internos, o CEPA tem um regimento interno que estabelece a obrigatoriedade de ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultural e profissionalização. As diretrizes internas, que por sua vez organizam e controlam o funcionamento desta instituição desde os direitos e os deveres, se estendendo às obrigações, determinando as atribuições de cada profissional, supervisionando e avaliando os resultados, ainda precisam ser adaptadas ao Sinase.

Os jovens internos acompanham e obedecem a um ritual onde há momento para cada atividade desde o acordar, os atendimentos técnicos e terapêuticos, as refeições, a sala de aula, o lazer e o repouso, bem como o momento de dormir.

Durante a recepção, os adolescentes passam por vários ambientes com diferentes atendimentos como estão estabelecidas no plano individual de atendimento (PIA) que vai da fase inicial de atendimento, onde se inicia o período de acolhimento e de recolhimento do processo de convivência individual e grupal, à fase intermediária, período em que é avaliado os avanços relacionados aos trabalhos realizados com estes adolescentes e na fase conclusiva, onde o jovem interno apresenta convicção e conscientização das conquistas adquiridas em seu processo socioeducativo. De acordo com o Sistema Nacional Socioeducativo, em seu parágrafo único, do Art. 52, o PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses

passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do Art.249 na Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, civil e criminal.

Fotografia 7 – **Sala de Visita**

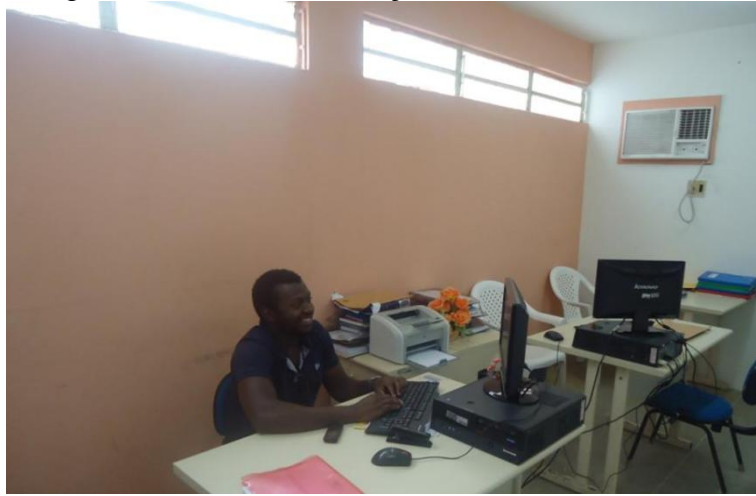


Fotografia 8 – **Sala de Monitoramento**



O Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA) em seu aspecto físico estrutural externo possui um amplo jardim, recepção e sala de monitoramento local reservado a visita dos adolescentes. Vale informar que todo o agendamento e controle das visitas é realizado pelo serviço social da unidade. Na parte interna, térreo temos a cozinha. No primeiro andar da unidade funciona o setor técnico social, jurídico, psicológico, sala da pedagogia, enfermagem, setor administrativo, sala de reunião, sala da direção e a recepção. Nestes ambientes de convivência é observado um aspecto de organização e limpeza. Todos esses setores funcionam no horário comercial, com exceção apenas da recepção, monitoramento e cozinha.

Fotografia 9 – Setor de Serviço Social



Fotografia 10 – Setor Jurídico



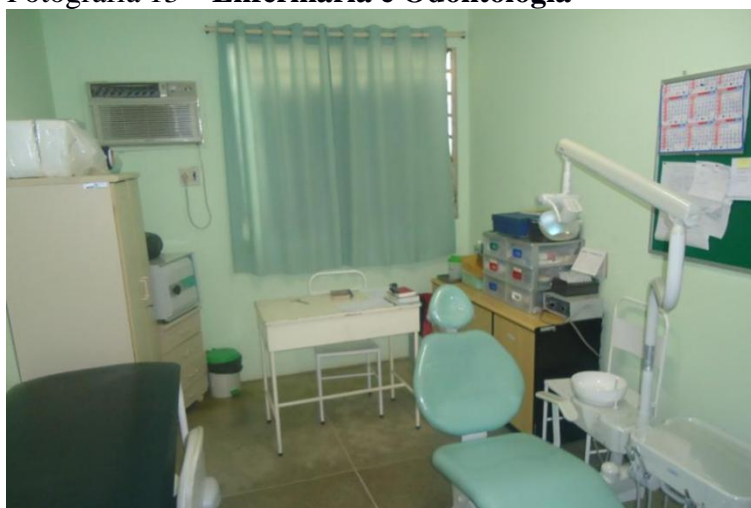
Fotografia 11 – Setor de Psicologia



Fotografia 12 – Sala da Coordenação Pedagógica



Fotografia 13 – Enfermaria e Odontologia



A parte interna da unidade é cercada por um muro alto com duas guaritas de segurança reservados a dois policiais militares, que se revezam em escalas de plantão 12 por 24 horas diariamente, fazendo a segurança geral do centro.

O primeiro ambiente interno de conveniência é o refeitório com oito (8) mesas e doze (12) bancos de alvenaria é um ambiente limpo e arejado, construído para a realização de refeições dos adolescentes, mas, atualmente quem utiliza esse ambiente são os educadores sociais. Estando sempre expostas, neste local, mensagens de motivação, além da relação dos aniversariantes do mês.

Fotografia 14 – Refeitório



A unidade tem um longo corredor cercado e dividido por grades. Nela estão os sete blocos, divididos cada um em três dormitórios. Sendo um bloco destinado à “convivência protetora”, local reservado àqueles adolescentes que não podem se misturar aos demais, por conta do seu ato infracional: estupro e/ou homicídio de mulheres. De acordo com o Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase) o ambiente reservado a esses jovens esta totalmente fora dos padrões exigidos, senão, vejamos os seguintes artigos da referida lei:

Art.15, item IV: “a definição das estratégias para a gestão de conflitos, vedado a previsão de isolamento cautelar [...]”. Pode haver exceção conforme previsto no §2º do Art.16: “A direção da unidade adotará, em caráter excepcional, medidas para proteção do interno em casos de risco à sua vida, ou à de outrem, comunicando, de imediato, seu defensor e o Ministério Público. No §2º do Art.48, os termos são mais contundentes: “É vedada a aplicação de sanção disciplinar de isolamento a adolescente interno, exceto seja esse imprescindível de segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposto a sanção, sendo necessário ainda, comunicar ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 24 (vinte e quatro) horas.

Todos os dormitórios têm apenas duas camas e um banheiro coletivo, onde abriga cerca de outro (8) a dez (10) adolescentes, proporcionando um ambiente de desconforto e insalubridade aos mesmos e desrespeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente que no diz, no Art.94: As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

II - Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal.

Também há desrespeitos ao Sinase, que, nas suas normas de referência apontam outro modelo para a estruturação física das unidades de internação, sempre visando ao atendimento das necessidades de Atenção Básica (Art.60, VIII).

As demais dependências da unidade são: uma quadra coberta; um campo de futebol para a realização da prática de esportes; um auditório amplo com três ventiladores; seis salas para o funcionamento das oficinas todas com ventiladores; salas dos professores; seis salas de aula que não possuem ventiladores. Recentemente a unidade passou por um conflito (rebelião), onde todos esses ambientes de convivência foram bastante atingidos, (incendiado e depredado) estando atualmente em processo de recuperação.

Fotografia 15 – Sala dos Professores



Fotografia 16 – Salas de Aula



Fotografia 17 – Quadra Poliesportiva



Fotografia 18 – Campo de Futebol



A educação profissionalizante no centro é coordenada pela Secretaria do Trabalho de Desenvolvimento Social (STDS). Atualmente a secretaria fornece dois cursos na unidade: um é de lavador e polidor de carro, ministrado pelo Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental (INDESA) e outro de alimentador de linha de produção, ministrado pelo Instituto de Educação Portal (IEP). Cumprindo assim os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seguinte termo:

Art.53: a criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Dentre os cursos profissionalizantes os adolescentes recebem o curso de embalagem, tecelagem, customização, vassouraria, saneantes, curso de informática e de música.

Fotografia 19 – Oficinas de Tecelagem, Customização e Arte em Embalagens de Presente



Todas as oficinas trabalham com seus educandos em torno de uma hora e meia, dividido nos turnos manhã e tarde e tem como objetivo, identificar habilidades e competências, bem como proporcionar aos adolescentes internos uma formação profissional na qual possam, no futuro, ao terminar o cumprimento da sua medida socioeducativa, estar capacitados a ingressar no mercado empreendedor e construir seu próprio negócio e assim melhorar sua renda familiar e exercer sua cidadania com dignidade. Pesquisas com egressos precisam ser realizadas para avaliação do alcance destes objetivos.

Fotografia 20 – Oficina de Vassouraria



Fotografia 21 – Oficina de Saneante



A unidade mantém uma parceria com a fábrica Metal Maia instalada nas dependências do centro, empregando quinze (15) adolescentes que se dividem nos turnos da manhã e tarde. Todos que participam da fábrica recebem os seguintes benefícios: carteira assinada como menor aprendiz, respaldada na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com direito a férias e respeitando o horário de cinco (5) horas de jornada. Os adolescentes recebem meio salário mínimo. Para a seleção desses adolescentes são usados alguns critérios, um deles é o tempo de permanência de sua internação, associado às condições socioeconômicas da família e o seu comportamento na unidade, sendo responsável por esta seleção o Serviço Social.

Fotografia 22 – **Fábrica Metal Mecânica Maia**



O Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA) está pautado em uma proposta direcionada à ressocialização expressando a forma de pensar, agir e sentir da instituição e o seu compromisso com a educação dos adolescentes, sujeitos de seu trabalho. Dentro dessa perspectiva todos os profissionais desta unidade são educadores e como tal devem trabalhar e se relacionar, na certeza que estão em permanente processo de aprendizagem.

Fotografia 23 – **Sala dos Professores**



O processo educativo está concebido como um conjunto de procedimentos que oportunizam ao adolescente a construção de novos valores, atitudes e conhecimentos a partir de uma vivência cidadã. De acordo com o Sinase a proposta pedagógica servirá como instrumento norteador para as demais propostas, devendo oportunizar ao

socioeducando um instrumento ativo e reflexivo, onde esse possa se sentir sujeito da própria construção. Dentre seus objetivos, é prioridade dessa proposta, através do centro, ofertar uma educação escolar de qualidade nos níveis do ensino fundamental e ensino médio que possam desenvolver conhecimentos e favorecer o desenvolvimento da autoestima, assumindo o papel de cidadãos conscientes dos seus direitos. Vejamos o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seu Art.54: é dever do estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

Os recursos didáticos utilizados em sala de aula são fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) em parceria com o Centro de Jovens e Adultos (CEJA) Adelino Alcântara, órgão o qual estão lotados os professores e matriculados os adolescentes, recebendo material básico: lápis, cadernos, borrachas, apontadores, apagadores, régua, giz de cera, lápis de cores, e livro didático.

Os trabalhos são desenvolvidos conforme o calendário escolar da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) e o Centro de Jovens e Adultos (CEJA) Adelino Alcântara. As aulas têm duração de três (3) horas sendo de oito (8) às onze (11) pela manhã, e de treze e trinta (13:30) às dezesseis e trinta (16:30), totalizando uma jornada de 24 horas aulas por semana. A forma de organização das turmas é feita de acordo com o nível de escolaridade dos adolescentes na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA); sendo a alfabetização Eja I, do 2º ao 5º ano; Eja II, do 6º ao 7º ano; Eja III, do 8º e 9º ano, Eja IV. Ministrando essas modalidades temos dois pedagogos na Eja I e II, professores das áreas específicas; Linguagens e códigos (Português, Inglês e Artes), Ciências Humanas (História e Geografia), Ciências da Natureza (Matemática e Ciências).

A elaboração da formação dos profissionais da educação que trabalham nesse centro está pautada na proposta pedagógica e nas diretrizes nacionais, ambas são eixos norteadores do processo educativo. Como formação continuada, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) oferta semestralmente encontros pedagógicos voltados para o aprimoramento do trabalho pedagógico. Durante a realização das atividades a instituição conta com a participação de todos os funcionários envolvidos com a educação formal e

profissionalizante.

Todos os planejamentos são realizados semanalmente com a equipe pedagógica do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Adelino Alcântara. Na construção dos planos são abordados diferentes temas, promovendo a interdisciplinaridade entre as diferentes áreas e a construção de estratégias que possibilitem a conexão e execução do plano diário. O método avaliativo acontece de maneira processual e contínua através de observações e registros.

Além do processo educativo o centro recebe grupos religiosos evangélicos e católicos. Todos os trabalhos religiosos buscam o fortalecimento da espiritualidade e da fé na perspectiva da transformação e reconstrução dos valores e conceitos existentes na formação dos adolescentes. Proposta assegurada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos seguintes termos:

Art.3º: a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade.

Dentre os projetos desenvolvidos na unidade vale ressaltar o Projeto Família no CEPA que tem como objetivo a participação da família e a reconstrução dos laços familiares onde acontece a realização da culminância dos projetos pedagógicos ao final de cada mês, proporcionando uma tarde de lazer e entretenimentos . Também voltando para a superação do desvinculamento familiar temos o projeto Encurtando Distâncias, direcionado às famílias do interior do Estado, a unidade promove o traslado dos pais, oferece as refeições promovendo a participação e integração nas atividades realizadas pelos adolescentes nas oficinas, possibilitando um dia inteiro de harmonia com seus familiares. De acordo com (ECA), no artigo a seguir:

Art.34: É dever da família da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta propriedade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

No perfil dos socioeducandos observa-se que aqueles que se envolvem em atos infracionais são oriundos de bairros periféricos, advindos de famílias de classe social baixa. Temos jovens cumprindo medidas socioeducativas a partir de doze (12) até vinte e um (21) anos, fato este assustador dado ao altíssimo crescimento da violência praticada por esses jovens nessas faixas etárias. Portanto, a personalidade dos adolescentes, suas experiências com a família, amigos, drogas, armas, seu contexto socioeconômico, podem justificar o grande índice de reincidência. Nesta perspectiva a unidade proporciona o acompanhamento para tratamento da saúde (drogadição, alcoolismo, outros tipos de transtornos mentais), encaminhamento ao Centro de Atendimento Psiquiátrico (CAPS).

Há uma variável de gênero significativa entre os adolescentes em conflito com a lei: a maioria é composta por jovens do sexo masculino. A maioria vive sem assistência familiar, excluídos dos direitos fundamentais. No entanto quando perguntamos sobre seus projetos de vida, relatam sonhos acalentados quando estavam na liberdade. Por outro lado, a maioria adolescentes encontra-se sem nenhuma perspectiva de vida. Voltarei a discutir esta questão nas considerações finais deste trabalho, por considerar que a falta de um projeto que dê sentido à vida é fator de risco para futuros envolvimento com atos infracionais.

CAPÍTULO II: ATIVIDADES REALIZADAS EM SALA DE AULA: EM BUSCA DE UM ENSINO SIGNIFICATIVO

Na perspectiva de um trabalho pedagógico em sala de aula, que promova o desenvolvimento do processo de compreensão e as habilidades dos educandos, o ensino de História deve estar voltado para a discussão e compreensão do momento histórico em que vive o educando no presente, utilizando o passado para perceber como cada sociedade pensou os diversos temas que podem ser abordados em uma aula de História.

A História, enquanto disciplina científica possui uma especificidade que se define tradicionalmente pela interrelação entre o presente e o passado com conteúdos significativos adaptando à realidade dos educandos em seu conjunto de valores dados à sua vivência.

Como professora do Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA) dentro das medidas socioeducativas, encontro vários entraves para a realização do meu fazer pedagógico. Porém algumas questões são fundamentais, por exemplo: a educação formal desses jovens não começou dentro do sistema de privação de liberdade, ela é anterior à reclusão e deve funcionar como se fosse uma conciliação com o prazer de aprender. Hoje nossa principal expectativa é que o nosso educando entenda que ele precisa desse, e dos demais conhecimentos das outras ciências, para exercer sua cidadania.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997, p.23), indicam como objetivos do Ensino Fundamental que os alunos sejam capazes de:

- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando do diálogo como forma de mediar conflitos.
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

Por ser um documento de abrangência nacional, esta proposta contempla a pluralidade de posturas no conhecimento histórico. Ao valorizar o educando e o educador com suas respectivas inserções históricas, estes são considerados sujeitos críticos da realidade social e como sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Freire (2003, p.4): “A base de qualquer teoria é a chave do conhecimento, encontra-se na experiência pessoal e na capacidade de aprendermos a partir de impressões retiradas do universo vivido. Portanto, para o educador pernambucano, a educação é concebida como reflexão sobre a realidade existencial. Articulada com essa realidade nas causas mais profundas dos acontecimentos vividos, procurando inserir sempre os fatos particulares na globalidade das ocorrências da situação vivida.

Seguindo esta linha de raciocínio, teríamos que redimensionar o ensino de História de modo a que os sujeitos em formação se vejam nos acontecimentos a partir da interpretação dos fatos que ocorrem na sua vida hoje como, de algum modo, resultante de um processo construído historicamente.

Como alerta Freire, a história não é um destino previamente determinado e ser gente, implica em fazer escolhas com base em critérios prévios. Como seres humanos inacabados estamos em permanente processo de autoconstruções. Vejamos o belíssimo depoimento dado por ele na obra *Pedagogia da Autonomia* (1997, p.55, 56).

Gosto de ser homem, de ser gente, porque não está dado como certo, inequívoco, irrevogável que sou ou serei decente, que testemunharei sempre gestos puros, que sou e que serei justo, que respeitarei os outros, que não mentirei escondendo o seu valor porque a inveja de sua presença no mundo me incomoda e me enraivece. Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade. Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Entre nós, mulheres e homens, a inconclusão se sabe como tal. Mais ainda, a inconclusão que se reconhece a si mesma, implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca.

As palavras de Freire colocam a todos em condições de assumirem o leme de suas vidas e tornando-se sujeito de sua própria história. Será que esta é uma lição fundamental, a partir do qual deveríamos repensar o ensino de História?

As formulações libertadoras da Pedagogia do Oprimido / da autonomia / da inadequação / da esperança de Freire colocam o sujeito e sua história no centro, mostrando-nos que a trajetória de vida de cada um pode ser repertório para a problematização a serem realizados em sala de aula. Aprender com sua própria história; aprender com a história do(s) outros(s) e coma globalidade das coisas, dos eventos e das relações como nos indicam os pesquisadores do grupo dialogicidade da formação humana e narrativas do programa de pós-graduação em educação brasileira da Universidade Federal do Ceará quando nos alertam para pensarmos a formação na tripolaridade: auto-formação, hetero-formação e eco-formação (SANTOS, OLINDA, SENA e BINDÁ, 2012). Estas pesquisadoras foram buscar inspirações em Jean Jacques Rousseau, quando mostra, na obra *o Emílio ou da educação*, a indagação dos três mestres conforme transcrevo a seguir:

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos quando adultos, é-nos dado pela educação. Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam, a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho da nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas.

Neste contexto trago os resultados das aulas ministradas, com dois conteúdos diferentes, baseada na minha experiência profissional e na minha prática de ensino. No processo ensino-aprendizagem, em qualquer contexto em que se esteja inserido, é necessário que se conheça as categorias que educadores e educandos integram neste processo como elementos fundamentais para um melhor aproveitamento da aprendizagem.

2.1 História da Cidade de Fortaleza

O primeiro relato corresponde ao conteúdo: A História de Fortaleza, ministrada no dia 13 de abril de 2012, no Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA) na sala IV da Educação para Jovens e Adultos (EJA) no turno da manhã, tendo a participação de oito adolescentes. A aula tinha os seguintes objetivos:

- Valorizar e conhecer os pontos turísticos da nossa cidade;
- Relacionar aspectos do desenvolvimento cultural e social de Fortaleza.

Iniciei com a acolhida e, em seguida, fiz uma leitura compartilhada, de um texto reflexivo de Mário Quintana: “A idade de ser feliz” (Anexo 1). Através de uma conversa informal abordei os seguintes aspectos: motivação e afetividade. Nesse momento eu pude observar um silêncio em sala e os adolescentes pensativos, mas somente dois deles expressaram suas impressões sobre a significância do assunto abordado durante a aula. Dentre os comentários expostos pelo educando, relatou a falta que sente de alguém da família, principalmente do filho e da sua companheira, bem como relatou sobre a fraqueza de ter se envolvido novamente com atos infracionais, motivo pelo qual retornou à unidade de internação. O outro adolescente expressou desejo de mudança, possibilidade de recomeçar uma vida nova, embora saiba que neste percurso muitas dificuldades irá encontrar.

No momento seguinte da aula, fiz uma abordagem histórica sobre a cidade de Fortaleza destacando os seguintes aspectos:

- A idade da cidade
- Seu fundador oficial
- A data de sua fundação
- Os primeiros nomes dados à cidade
- Os principais pontos turísticos

Depois, através de imagens (Anexo 2) fizemos um passeio por Fortaleza comentando sobre os principais pontos turísticos dela. Todos os adolescentes olharam as imagens com bastante atenção, e fizeram perguntas relacionadas aos documentos históricos. Os adolescentes já conheciam a

maioria dos locais de Fortaleza apresentados, mas desconheciam o seu valor histórico para a cidade.

Fotografia 24 – **Avenida Beira Mar**



No decorrer da aula vários foram os comentários. Um dos adolescentes falou sobre a profissão de seu pai, vendedor ambulante na Avenida Beira Mar. Outro comentou sobre um dos seus atos infracionais (furto) cometido na Praça do Ferreira, quando se encontrava desesperado para consumir drogas.

Fotografia 25 – **Praça do Ferreira**

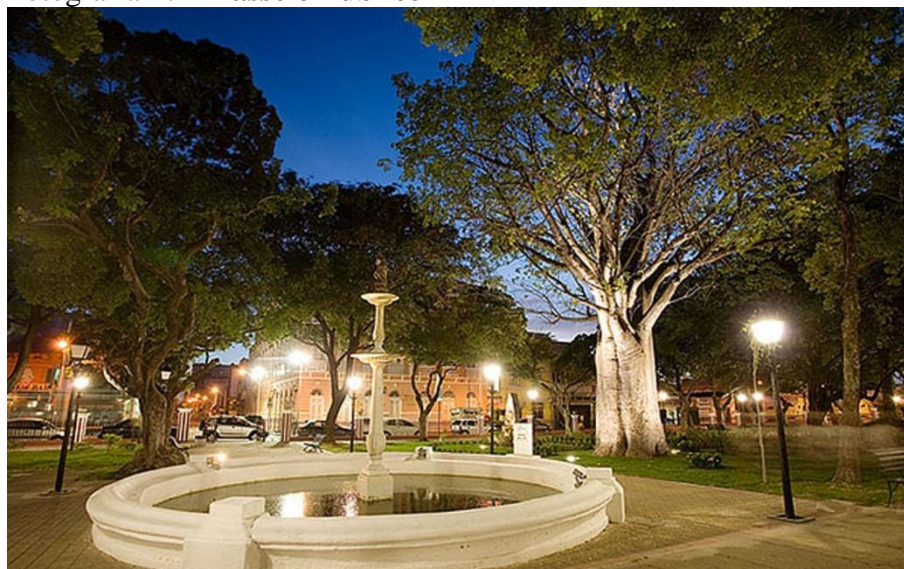


Fotografia 26 – **Catedral Metropolitana de Fortaleza**



Enquanto os demais do grupo observavam a imagem da Catedral Metropolitana de Fortaleza, sobre o tempo de duração de sua construção. Outro ambiente comentado foi o Passeio Público, com sua divisão em classes sociais, em tempos passados; sua transformação que reflete contemplação de sua arquitetura original, resistente ao tempo em sua conservação e a beleza de sua jardinagem.

Fotografia 27 – **Passeio Público**



Continuando, mostrei o mapa de Fortaleza (Anexo 3) para cada um dos educandos identificar a localização de seu bairro e conhecer os bairros adjacentes. Surgiram alguns comentários: um dos jovens lembrou-se do campo de futebol onde todas as tardes jogava bola com seus amigos. O outro relatou sobre as péssimas condições do bairro onde reside, como falta de saneamento básico.

Conforme os PCN de História, nesse propósito, abordando fotos e memórias de nossa cidade, proporcionamos aos educandos:

- Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletir sobre algumas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuações políticas institucionais e organizações coletivas da sociedade civil. (1997, p.29)

A partir desta aula apresentada faço as seguintes observações: houve um resgate na memória dos adolescentes, em que os mesmos perceberam que eles fazem parte da História. Houve participação e interesse, pois este conteúdo estava contextualizado com o conhecimento de mundo dos socioeducandos.

A dificuldade encontrada foi mediante os diálogos com os adolescentes. Observei uma repetição de ações negativas em seus comentários, como sua leitura de mundo fosse restrita somente os seus atos infracionais. Mais uma vez nos aportamos nos PCN: “conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles” (p.32).

Percebe-se ao trazer elementos biográficos de cada um e dos grupos para o cotidiano da sala de aula, há maior expressividade e participação. As narrativas de si evocam experiências difíceis, mas que precisam ser trazidos ao patamar da reflexividade crítica, evitando-se auto-culpabilização e culpabilização externa. A narrativa de si é um momento interpretativo que pode lançar luzes para novas formas de ser, pensar e estar no mundo. Claro está, que reflexão sobre as referências formadoras expressas nas falas ainda são pontuais e precisam ter continuidade, aprofundando-se.

2.2 Ciranda cultural Folclore Cearense

O segundo relato corresponde ao conteúdo: A história do Folclore Cearense, aula ministrada dia 22 de agosto de 2012, no CEPA na sala IV da EJA no turno da tarde, com a participação de 10 adolescentes com os seguintes objetivos:

- Valorizar a riqueza cultural do nosso Estado.
- Conhecer os aspectos importantes do Folclore Cearense.

Iniciei com uma acolhida e com a leitura de um texto reflexivo “A convivência” de Assis Almeida (Anexo 4). Através de uma conversa coletiva busquei abordar os seguintes aspectos: respeito, verdade, amor ao próximo. Houve um momento de silêncio, assim como na aula anterior, o que demonstra a atitude reflexiva por parte dos socioeducandos. Todos adolescentes ficaram pensativos quando em voz alta, um jovem fez o seguinte comentário: “todos os seres humanos temos coisas boas e ruins, que vemos seguir o caminho certo, às vezes o sofrimento é a busca para encontrar esse caminho”.

O silêncio da maioria fez-me lembrar de uma elaboração na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, quando mostra as raízes opressivas da cultura do silêncio instalada na educação bancária. Como superar com está cultura? Como instituir a cultura de participação e da pronuncia de palavra que emancipa?

Estas são reflexões que precisam ser aprofundadas e que deveriam nortear as diretrizes curriculares em todas as áreas do conhecimento.

Em seguida fiz uma abordagem sobre os seguintes aspectos:

- Significado e origem da palavra Folclore
- Conceito de Folclore
- Data de comemoração / criação no Brasil
- Manifestações folclóricas

Fiz uma breve apresentação da cultura popular, iniciando pelo exemplo do trava-línguas. Pedi a quatro adolescentes para fazerem uma leitura silenciosa de trava-línguas (Anexo 5) e depois em voz alta. Neste instante houve um momento de descontração e alegria, onde todos, inclusive eu, se voltaram para as gargalhadas em virtude da dificuldade em pronunciá-los. Lembro aqui, que a alegria é um dos saberes necessários ao fazer docente (FREIRE, 1997).

Completando o momento de descontração, realizei um sorteio de adivinhações, onde todos participaram com muita integração. Depois pedi para os adolescentes formarem um círculo, para participar da brincadeira de roda, com a música “Escravos de Jó” (Anexo 6) usando como recurso pedagógico tampas de garrafas PET. A princípio alguns educandos ficaram receosos em participar da brincadeira de roda, pois se sentiram como crianças. Mas logo a brincadeira iniciou e todos participaram. Sorrimos com os erros cometidos e vibramos com os acertos obtidos. Foi muito divertido esse momento vivenciado.

Então um adolescente fez uma observação interessante: “[...] professora esta brincadeira de Jó parece com a vida do nego! Precisa nós errar (sic), para aprender o certo!” (Adolescente 2).

Então um silêncio pairou no ar! Esperei que ele terminasse sua fala, e logo outro adolescente completou: “[...] o ruim é quando o nego não consegue sair do erro! Né cara? Aí então é burrice! (Risos)” (Adolescente 7).

A partir desta aula apresentada faço as seguintes observações: em uma simples brincadeira de roda os educandos fizeram a associação com a vida deles, fazendo uma leitura crítica da sua realidade de vida. Percebi a importância da atividade em grupo, que cria oportunidades para a troca de ideias e informações.

Outro aspecto observado foi a importância da atitude do educador frente aos depoimentos. Não podemos repetir a atitude moralista e de julgamento sumário a que eles estão habituados. Devemos acolher e problematizar, ao invés de refutar. Devemos respeitar, inclusive, o silêncio pois sabemos que em pensamento eles estão reelaborando tudo.

A dificuldade encontrada foi a mudança na metodologia saindo do método tradicional para o lúdico. O método lúdico está presente não somente no processo de ensino e aprendizagem com crianças. Mesmo na EJA a ludicidade é de extrema importância. As atividades devem ser diversificadas dentro de cada conteúdo, ajustadas de acordo com as

necessidades dos educandos.

Quando realizamos atividades lúdicas conseguimos nos aproximar dos educandos. Desta forma, podemos acompanhar de perto o processo de aprendizagem, conhecendo as características sociais, culturais e psicológicas, além de ter a possibilidade de poder intervir no ato educativo com contribuições pertinentes às peculiaridades individuais dos educandos.

2.3 Aos olhos das Diretrizes Curriculares

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1994) no seu Artigo 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Deste modo devemos valorizar todas as experiências advindas dos diferentes espaços de internação dos jovens. O objetivo primeiro do conhecimento histórico é a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desenvolvimento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços. Os historiadores estão atentos às diferenças e múltiplas possibilidades e alternativas apresentadas nas sociedades, tanto nas de hoje quanto nas do passado, que emergiram da ação consciente ou inconsciente dos homens e que procuram apontar para os desdobramentos que se impuseram com o desenrolar das ações desses sujeitos. (GONÇALVES, 2005, p.42).

O desejo de mudanças para otimizar o trabalho com os alunos tem estado presente na história da prática docente, mas é preciso entender que os métodos e conteúdos se constroem historicamente e fazem parte de uma produção escolar sedimentada e incorporada pela sociedade.

Perceber a complexidade das relações sociais presentes no cotidiano e na organização social mais ampla implica indagar qual o lugar que o indivíduo ocupa na trama da História e como são constituídas as identidades pessoais e sociais, em dimensão temporal. O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades sociais e as pessoais, é o verdadeiro construtor da História. Assim é necessário acentuar que a trama da História não é o resultado apenas da ação de figuras de destaque, consagradas pelos interesses explicativos de grupos, mas sim a construção consciente e inconsciente, paulatina e imperceptível de todos os agentes sociais individuais e

coletivos (KARNAL, 2003, p.46).

Na prática da sala de aula, a problemática acerca de um objeto de estudo pode ser construída a partir das questões colocadas pelos historiadores ou das que fazem parte das representações dos educandos de forma tal que ele encontrem significado no conteúdo que aprendem. Dessa maneira pode-se conseguir dos educandos uma atitude ativa na construção do saber e na resolução dos problemas de aprendizagem.

É preciso que se leve em consideração o fato de que a História sucinta questões que ela própria não consegue responder e de que há inúmeras interpretações possíveis dos fatos históricos. Nesse caso a problematização é um procedimento fundamental para a educação histórica e crítica.

Sabemos que a sociedade contemporânea particularmente a partir da segunda metade deste século produziu um aumento substancial de informações e de tecnologias usadas em sua gestão, podendo-se até afirmar que “estamos a nos afogar em informações, mas sedentos de conhecimentos” (SCHIMIDT, 2004 p.45).

Baseado nos PCN de História (1997, p.39) espera-se que ao longo do Ensino Fundamental os adolescentes gradativamente possam ler e compreender sua realidade, posicionar-se, fazer escolhas e agir criteriosamente. Nesse sentido os adolescentes deverão ser capazes de: “Organizar alguns repertórios históricos e culturais que lhe permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado”.

O ensino dessa disciplina, portanto deve buscar a capacidade dos alunos para a reflexão histórica tomando-os ao longo do processo, suficientemente autônomos para saber se dar conta da sua realidade histórica e decidirem pelas formas de sua intervenção nela. Tal ensino assim orientado pode restaurar a possibilidade dos indivíduos elaborarem projetos de futuro, capacidade essa que a sociedade contemporânea cada vez mais se afasta das suas preocupações. Ao mesmo tempo, para tanto, é preciso que esses indivíduos dominem os mecanismos de produção e de transmissão do conhecimento na nossa sociedade.

Quanto à eterna questão do interesse do aluno, sempre levantada nas discussões a respeito do ensino de História, a metodologia e o conteúdo assume a perspectiva de que o interesse só poderá ser real na medida em que a relação pedagógica instaure um diálogo

efetivo do educando com o saber histórico, permitindo que ele, no processo de aprendizagem, vá conseguindo aprender as diversas dimensões do tema estudado e vá adquirindo autonomia de reflexão. Ao ter como ponto de partida o saber do educando a respeito do seu cotidiano, pode-se, no desenvolvimento do processo, permitir que o aluno consiga romper com o senso comum e alcançar um grau de reflexão e de autonomia perante os objetos históricos e perante o seu próprio cotidiano.

Para que a prática de sala de aula adquira significado para os educandos é preciso que se assuma definitivamente os desafios que a educação histórica enfrenta hoje em dia. Seria uma das maneiras de se contribuir para que os educandos se tornassem conhecedores da pluralidade de realidade presentes e passadas das questões do seu mundo individual e coletivo, dos diferentes percursos e trajetórias históricas. Os educandos poderiam adquirir a capacidade de realizar análises, inferências e interpretações acerca da sociedade atual, além de olhar para si e ao redor com olhos históricos resgatando, sobretudo, o conjunto de lutas, anseios, frustrações, sonhos e a vida cotidiana de cada um, no presente e no passado.

O ensino de História envolve as relações e compromisso com o conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões estabelecendo relações entre identidades individuais, sociais e coletivas. Promove a criticidade e possibilita a superação da exclusão, principalmente para os jovens privados de liberdade. De acordo com os PCN (1997, p.40) a educação em seu comprometimento, está relacionada à: “a dignidade da pessoa humana, respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação, acesso à condição de vida digna e respeito nas relações interpessoais” (1997, p.40).

Finalmente, um dos elementos considerados hoje imprescindíveis ao procedimento histórico em sala de aula sem dúvida, o trabalho com as fontes ou documentos. A ampliação da noção documento e as transformações na sua própria concepção atingiram diretamente o trabalho pedagógico. Assim, dominar, compreender e explicar os critérios de periodização histórica, das múltiplas temporalidades das sociedades, torna efetiva a aprendizagem da cronologia, esses são também desafios do procedimento histórico em sala de aula. Apesar do crescente aumento de informação e dos meios de difundi-la e questioná-la, ocorre particularmente um aumento da distância entre os que sabem e os que não sabem articulá-las, pensa-las, refleti-las.

CAPÍTULO III: CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA NA VIDA DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

O ensino de História vem evoluindo gradativamente. Novos procedimentos pedagógicos vêm surgindo na educação dessa disciplina, especialmente na escola, na relação ensinar e aprender. O que antes se ensinava através de métodos tradicionais: decorar, copiar, repetir as lições, na contemporaneidade se apresenta como instrumento questionador e esclarecedor de fatos, revivendo e fortalecendo o espírito crítico dos sujeitos que a ela se dedicam. Como diz Forquin (1993, p.9): “A mudança em si tornou-se um valor enquanto tal; um valor supremo, princípio de avaliação das coisas. A mudança tornou-se pedra de toque da criação. E é criador aquilo que rompe com o passado”.

Discutir o ensino de História e seus efeitos na construção de valores é estar ciente de que o homem contemporâneo não vive mais em um ideário primitivo. Ele procura mergulhar em um território cultural e político, cujas intenções implicam em um enfrentamento das relações entre educação, cultura, memória e o ensino de História propriamente dito. Segundo Miguel Eugênio, estudante do curso de Direito da Faculdade Farias Brito, estagiário do setor jurídico da unidade:

A disciplina de História sempre teve o seu lugar ativo em minha vida escolar e esse favoritismo é pela importância que a História tem pelo seu papel de possibilitar ao homem conhecer as suas origens. Sigo a ideologia de que o futuro é construído quando no presente buscamos conhecer o passado.

A História traz riqueza, não riqueza material, mas riqueza de conhecimento, riqueza cultural e a riqueza intelectual. Esta é a maior riqueza que um homem pode adquirir na sua vida. Um povo que conhece a sua história é, provavelmente, aquele que estará mais propício a não sofrer algum tipo de dominação.

O conhecimento da História prepara o indivíduo para a vida, pois é o saber sobre passado que fará com que o ser humano saiba transpor situações conflituosas no presente, e como disse o grande intelectual espanhol George Santayana “Aquele que não conhece o seu passado está condenado a repeti-lo”.

Uma vez que educar é equipar o sujeito com conhecimentos, atitudes e valores para que ele compreenda o mundo e neste possa se situar como parte de um todo, a História se faz presente como instrumento socializador do homem para que este não se destrua e nem destrua o mundo, complementando-se em um pensamento reflexivo voltado para a promoção de ambos: um não existe sem o outro. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais de História:

Os sujeitos históricos podem ser entendidos: todos aqueles que localizados em contextos históricos, exprimem suas especificidades e características, sendo líderes de lutas para transformações mais amplas ou situações mais cotidianas e que atuam em grupo ou isoladamente, e produzem para si ou para uma coletividade. (1997, p. 39)

Tomando como base a construção dos conteúdos de História, a partir da História do cotidiano, devo admitir que este denuncia a presença de outros tempos, outros modos de vida dos sobreviventes do passado, e é o que afirmam os PCN. Neste sentido é relevante a avaliação dos momentos impactantes causados com o surgimento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais no ensino de História, bem como a relação dos saberes históricos transmitidos pela escola. Esta, ao mesmo tempo em que desenvolve seu papel de formar sujeitos, atua como instrumento modificador da cultura da sociedade em geral.

Essas modificações no ensino de História contribuíram para o despertar pedagógico na busca de novas práticas pedagógicas e escolares, propiciando o resgate da variedade das formas de ensinar. Essas mudanças transmitem ao professor significados diversos, possibilitam a reflexão e incorporação de novas formas de ensinar e aprender, valorizando diferentes fontes de saber históricos, tais como: um noticiário, os acontecimentos do cotidiano, um jornal e o discurso dos sujeitos.

Em uma ótica da nova diretriz educacional – LDB, a História tem como papel fundamental o desenvolvimento da consciência histórica humana, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e a práxis individual e coletiva. Conforme entrevista com os socioeducandos do Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA), realizada em 11 de outubro, sobre a importância da disciplina de História, os relatos colhidos demonstram que a História tem significados na vida desses jovens, vejamos:

[...] Os assuntos que estudamos na sala de aula, todos são importantes, inclusive os conteúdos de História. A forma como nós aprendemos é boa, mas a melhor forma de estudar história é através de vídeo, fotos, teatro, palestra, artes, o livro é bom, mas deixa a gente com sono e um pouco parado. (Adolescente 1)

O relato demonstra a inadequação dos recursos didáticos utilizados no cotidiano. Dados as condições estruturais do Centro, não temos opções para diversificação das atividades, nem possibilidade de realização de vídeos-debates, muito menos de deslocamentos às espaços externos. Sabemos que os adolescentes que ali estão não se adaptaram a escola regular, mas mesmo assim, oferecemos um tipo de educação escolar limitada.

Outro adolescente lembrou da necessidade do uso das linguagens artísticas como forma de formar um ensino de História mais vivo e agradável:

[...] Com teatro agente pode dramatizar uma peça de uma história passada (pode ser o Lampião) e comparar com o momento que estamos vivendo. A história faz agente pensar, voltar ao passado, e resgatar essa cultura que nós não vivemos. Pode ser através do vídeo, do filme, da fotografia ou da própria leitura histórica. (Adolescente 7)

Almeida (2012, p. 95) mostra que os estudos no campo de psicologia a partir do século IX trouxeram novas possibilidades para a educação escolar, ao jogarem luzes sobre a complexa psique humana, sobretudo nas pesquisas nas áreas da inteligência e da linguagem mas que “foram sobretudo as descobertas no campo da criatividade de que mais influenciara a absorção da atividade dramática pelo currículo escolar”. A autora baseando-se em Vigotski, apresenta o teatro como um jogo cuja matéria prima é o faz de conta: “o jogo ao qual nos referimos em nosso trabalho caracteriza-se pela dramatização, ou seja uma atividade que se desenvolve através da representação de papéis, entre os jogadores. Quando se diz que alguém está fazendo teatro deve-se pensar basicamente em dois tipos de jogos: o jogo dramático e o jogo teatral” (p. 98).

Seria muito rico trabalhar com esses tipos de jogos nos Centros Educacionais de Medidas Socioeducativas. O primeiro tipo de jogo remete ao faz de conta e o segundo às normas previamente determinadas. No entanto, para fazer um adequado uso pedagógico do teatro, precisaríamos formação para tanto, pois esta dimensão foi excluída da formação da

maioria dos licenciados.

Ainda em consideração os Parâmetros Curriculares Nacionais o “novo” ensino de História que se esboça assume a responsabilidade de formar o “novo” cidadão, capaz de intervir e transformar a realidade brasileira. O ensino de História tem um papel relevante na construção da cidadania, principalmente frente a uma sociedade caracterizada pela prioridade da vivência de práticas democráticas e de cidadania. Frente a essa exemplificação é possível entender qual a dimensão assumem os jovens em conflito com a lei, no que se refere à reflexão sobre o seu lugar na sociedade em que vivem, o que, provavelmente, possibilitará uma solidez na construção da própria identidade.

Além disso, a História se caracteriza na vida desses jovens como um processo em que eles são desafiados pelo seu momento atual, como diz Freire (2005, p.31), “descobrem que pouco sabem de si, de seu posto no cosmos, e se instalarem na quase trágica descoberta, os seu pouco saber de si, se fazem problemas a eles mesmos”. Nessa perspectiva, é importante que os jovens privados de sua liberdade em seu aprendizado na disciplina de História, possam compreender as relações entre o passado e o presente, onde o passado confirma a sua existência e o seu futuro como cidadãos, ao mesmo tempo espera-se que essa disciplina propicie aos adolescentes privados de liberdade a construção de um conhecimento, onde estes possam ser capazes de desenvolver um raciocínio histórico independente, pois acredito que desta forma estaríamos formando sujeitos democráticos, a serviço de uma formação do pensamento crítico.

A História sendo entendida não apenas como disciplina, mas principalmente como ciência pelos homens, deve representar a transformação humana e é por meio dela que as pessoas compreenderem e interpretam os espaços sociais e condições em que vivem. O ensino de História traz em sua essência um campo de possibilidades ao educando da História como um estudo das ações do homem no tempo, bem como desenvolve conhecimentos humanos e sociais, mostrando-lhes como viver em sociedade e conviver com os conflitos e a diversidade cultural, uma vez que esses conhecimentos não são verdades absolutas, provavelmente devem ser extraídos de um senso crítico e histórico. Entendemos que a História não tem um começo, um meio e nem fim determinado: seu ponto de partida está centrado nos problemas da realidade social vivida.

Ao incorporamos diferentes linguagens no processo de ensino de História, compreendemos não apenas a aproximação entre os saberes escolares e a vida social, mas

também a necessidade de (re)construirmos os conceitos de ensino aprendizagem. Todavia, as metodologias de ensino, na contemporaneidade, requerem permanente atualização e uma constante investigação de diferentes fontes em sala de aula, onde o professor possa se sentir um mediador nas relações entre os sujeitos e o conhecimento, tornando assim a sala de aula mais prazerosa.

O incentivo à pesquisa de obras clássicas e contemporâneas da literatura brasileira e internacional pode ser considerado um exemplo de instrumento que possibilite a esses jovens privados de liberdade, o gosto pela História e pela leitura, a criatividade e criticidade, ampliação do seu universo cultural e a ampliação do seu universo cultural e a compreensão de mundo.

Durante a realização das aulas no CEPA e na modalidade da educação de jovens e adultos EJA, os gêneros textuais são importantes recursos pedagógicos, trabalhar com uma diversidade de textos é fundamental para enriquecer os conhecimentos, instiga o desejo de realizar produções textuais próprias, desenvolver a competência discursiva e ampliar a capacidade de produzir e interpretar os vários tipos de textos. Nenhum texto é escrito de modo neutro, e somente quando interpretamos, entendemos forma de verificar diferentes pontos de vista, desenvolvendo o senso crítico desses adolescentes. O ato de ler não se dá linearmente, como um processo contínuo, tranquilo e sem interrupções. Ao contrário é uma operação mental complexa marcada por tensões, porque envolve atividade a pessoa exigindo um esforço mental. Uma atividade de leitura deve ser planejada, devendo ser pesquisado os textos e sua escolha deve ser está a altura do repertório dos educandos para que o diálogo com texto seja produtiva. Portanto, a leitura só desperta interesse quando interage com os educandos quando faz sentido e traz conceitos que se articulam com as informações prévias desse sujeito.

Na minha prática docente apresento diferentes possibilidades de leituras: livros, jornais, revistas, recortes da internet, poemas, músicas, imagens paisagens, mapas gráficos, símbolos. Podendo contribuir no desenvolvimento da capacidade de interpretar e estabelecer significados nos diferentes textos, criando e promovendo variadas experiências, situações novas, que levem uma utilização diversificada de leituras e formas de linguagens, reconhecendo os variados e inovadores recursos tecnológicos, disponível na comunicação humana no dia a dia.

Na unidade, infelizmente, não temos biblioteca. É sabido que a biblioteca é um local onde se estimula a circulação e a transferência de informações, expande seus interesses,

descobrimo múltiplas formas de leitura, concentrando-se em um determinado assunto estimulando a leitura. A biblioteca é o lugar do cultivo pessoal desse vínculo.

Nos PCN de História, o ensino da História proporciona aos alunos, o estudo dessa através de eixos temáticos, incluindo os jovens que se encontram cumprindo medidas socioeducativas. Tais conteúdos trazem em seu repertório assuntos relacionados com os aspectos geográficos e culturais referentes à origem de suas famílias, as relações econômica, sociopolítica e cultural dentre outras, permitindo que os jovens estabeleçam uma relação com histórias vividas no passado e a realidade de vida atual. Essas exigências apontam a necessidade de discursões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa de formas de discriminação e a importância da solidariedade e do respeito. Tudo isso cabe a História, proporcionar aos socioeducandos essas abordagens. Também inserir em seu aprendizado conhecimento sobre a capacidade de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Ela cumpre esse papel quando temos fala como essa:

A História é importante porque ela faz parte da nossa vida e nós fazemos parte dela. Como quando escuto história de escravos e entendo que na vida sempre tem gente querendo o mal dos outros e gente sofrendo pela pobreza. (Adolescente 8)

No contexto da proposta dos PCN se concebe a educação escolar da disciplina de História como um veículo que oportuniza aos jovens internos desenvolver suas capacidades de aprender os conteúdos necessários à construção de instrumentos adequados a compreensão de transformação da realidade, no qual estão inseridos na participação em relações sociais, políticas e culturais, bem como nas condições fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

As aprendizagens que os socioeducandos realizam na disciplina de História serão significativas à medida que eles conseguirem estabelecer relações entre os conteúdos ensinados e os conhecimentos previamente construídos por eles, pois esses conhecimentos gerados no estudo da História têm um papel determinante na expectativa que os alunos têm da escola, do professor e de si mesmos como alguém capaz, alguém que possa ser chamado de cidadão crítico, autônomo e atuante, alguém que busca saberes prévios, encontra sentido e significados para o aprendizado do ensino de História e que reconhece que construir o conhecimento de História não se faz contra os outros, e sim com os outros.

Acredito serem esses os princípios do ensino de História que, em suas atividades conduz o aprendiz a mostrar-se disposto a expressar para os outros suas ideias ou opiniões. E o que nos mostram os PCN em suas indicações pedagógicas:

[...] O ensino e aprendizagem de História estão voltados inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico, de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. (p.49)

Acredito que o processo de ensino e aprendizagem em História numa perspectiva inter e transdisciplinar amplia o diálogo com outras áreas do conhecimento, outras áreas do conhecimento, outras manifestações da experiência humana.

A meu ver, ensinar História em uma sociedade contemporânea, principalmente, para aqueles que se encontram privados de sua liberdade requer um refazer dos princípios sociopolítico e cultural para a formação dos sujeitos, em cuja sociedade esta marcada por diferenças e contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do ensino de História foi concebida para proporcionar reflexões e debates sobre a importância dessa área curricular na formação dos educandos, tendo como referências aos educadores a busca da prática que estimule e incentive o desejo pelo conhecimento, sendo relevante apresentar conceitos e orientações de atividades que possibilitem aos alunos a realização de leituras críticas dos espaços, das culturas e das histórias do seu cotidiano. Hoje existe no Brasil uma diversidade de formas de ensinar e aprender História. É interessante observar que este contexto de globalização possibilita ao educando e educador uma pluralidade de aprendizados, metodologias, teorias, no ensino de História em todas as instituições de ensino pública ou privada.

Na minha prática docente no (CEPA) pude observar quando apliquei o questionário referente à disciplina de História que existe uma aceitação razoável, pelos jovens privados de liberdade. Dentro das Medidas Socioeducativa a História proporciona aos adolescentes a reflexão, motivando os próprios jovens a identificarem situações de desigualdade e discriminação que se defrontam no seu cotidiano, possibilitando uma leitura crítica coletiva e individual, analisando as dificuldades vivenciadas por estes indivíduos.

Sabemos que a história da humanidade é marcada por lutas sociais e políticas em busca da conquista dos direitos humanos. O Brasil tem uma longa história de mobilizações e lutas populares, na busca de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa para todos. É sabido que uma grande parcela dos jovens brasileiros no contexto atual encontram-se desmotivados, desengajados, ou seja, sem projetos de vida. Baseada nas conversas informais com os adolescentes em situação de privação de liberdade, observei a falta de motivação, perspectiva de vida na fala desses jovens. Como mencionei no capítulo anterior que voltaria a discorrer sobre este assunto; considero que a falta de um projeto de vida é um fator de risco para o envolvimento futuro com os atos infracionais.

William Damon é um dos mais renomados psicólogos do desenvolvimento humano, com vasta experiência em pesquisas sobre a moralidade. Nos últimos anos, tem estudado a importância da construção de projetos vitais no desenvolvimento dos jovens na sociedade contemporânea. Segundo Damon (2009, p.13) “o fator mais importante da condição

humana é o projeto de vida que inspira e dirige todos os nossos atos”. Esta afirmação provoca reflexões sobre a responsabilidade dos pais e educadores para conseguir motivar e orientar esses adolescentes, principalmente aqueles que se encontram privados de liberdade. Baseado na definição de Damon (2009, p.53): “Projeto vital é uma intenção estável e generalizada de alcançar algo que é ao mesmo tempo significativo para o eu e gera consequências no mundo além do eu”.

O Ensino e a aprendizagem da História estão voltados inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças, as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social cultural e econômico de sua localidade no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas.

Seguindo as orientações da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais de Educação (LDB) que rege o ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nº 9.424/1996, o ensino deve contribuir para os resgates dos valores humanísticos, que vêm sendo desvalorizados no contexto atual das sociedades capitalistas, como por exemplo, a ética, a cidadania e a educação como direito.

Diante dessa realidade, novos métodos de ensino precisam ser ofertados para que os adolescentes possam construir conhecimento a partir de suas experiências, tornando-se sujeitos socioculturais aptos a conhecer diferentes épocas e lugares podendo fazer comparações com sua própria história de vida, ou seja: é preciso que se desenvolva propostas de ensino mais dinâmicas e eficazes, para que justifiquem as determinações da nova diretriz da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois é o que assegura o currículo para essa modalidade de ensino: “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade (Art. 26, cap. 2, seção I).”

Considero que ensinar História dentro do contexto social, político, econômico e cultural na atualidade conduz ao ponto de partida da minha pesquisa a questão da busca do papel formativo e significativo do ensino da História. Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da História, ou seja, a disciplina que tem como papel fundamental a formação do indivíduo, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças, preconceitos, injustiças e contradições múltiplas. Nessa perspectiva assumir o papel de educador tem uma forma de luta política e cultural proporcionando um desafio para educadores e educandos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Ensino de História**: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. **História na sala de Aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo. Contexto, 2008

BOGDAN, R. & Biklen, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Diretrizes Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Lei nº 4/2010 aprovada em 09 de Março de 2010.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.064/1990. CONDICA, 1990

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais de História Ensino Fundamental. MEC, Brasília, 1997

BRASIL, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE). Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. CONANDA. Brasília, 2006

CEARÁ, Monitoramento do sistema socioeducativo: diagnóstico da privação de liberdade de adolescentes no Ceará, realizado pelo Fórum DCA, 2012

CEARÁ. Célula das Medidas Socioeducativas, STDS, Coordenadoria Da Proteção Social, 2009

CURY, J. **Por uma Educação para Jovens e Adultos (EJA)**. 2004 (Pesquisa realizada na internet em 2011 no site www.tvbrasil.com.br)

FREIRE, Paulo. **Educação como forma da liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2008

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1997

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2005

KARNAL, Leandro. **História na sala de Aula**: conceitos, práticas e propostas. 5. ed. São Paulo. Contexto, 2008

LDB: BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC. CURY, Carlos Roberto Jamil

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social**: Teoria, Método e Criatividade. 7ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. Do Contrato social. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1993. (Os pensadores)

SANTOS, Elzanir dos; OLINDA, Eralia Maia Braga de; SENA, Filadélfia Carvalho e BINDÁ, Thirza Maia Bezerra. Pesquisadoras redescobrimo o conceito de formação sob a inspiração dos três mestres de Rousseau. In: OLINDA, Eralio Maia Braga de. **Antes do sentir**: trajetórias de vida e formação. Fortaleza: Edições UFC, 2012, p.153-175. Col. Diálogos Intempestivos, 115.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Editora Scipione, 2004, (Col. Pensamento e ação no magistério)

APÊNDICE A – Plano de Aula 1**CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ (CEPA)****PLANO DE AULA 1**

Professora: Jacqueline de Sousa Alves

Data:

Turno: Manhã-Tarde

Turma: EJA IV

Disciplina: História

Conteúdo: A História de Fortaleza

Objetivo:

- Valorizar a riqueza cultural do nosso Estado;
- Conhecer os aspectos importantes do folclore.

Metodologia:

- Acolhida leitura compartilhada texto (o segredo da vida) após a leitura do mesmo analisar o entendimento dos educandos, através de conversa informal
- Apresentar o conteúdo: A história do folclore, abordando os seguintes aspectos:
 - conceito de Folclore
 - significado da palavra (Folclore)
 - origem da palavra (Folclore)
 - Data de comemoração
 - Criação no Brasil
 - Manifestações
- Trava-línguas, após sua apresentação haverá a distribuição de frases para os educandos ler em voz alta.

Logo em seguida sorteio com algumas adivinhações

- Momento lúdico; Forma um círculo com os educandos e propor a participar da brincadeira de roda (escravo de jó) usando tampa de garrafa pet.

Recurso:

- texto (o segredo da vida)
- envelopes com adivinhações, frases com trava-línguas
- tampas de garrafa pet

Avaliação: processual e continua

Observações:

- 1– Participaram da aula 8 educandos.
- 2– A principio alguns educandos ficaram receiosos a participar da brincadeira de roda, mas, depois começaram a participar, e sorriram bastante com os erros cometidos, e vibraram com os acertos.

APÊNDICE B – Plano de Aula 2**CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ (CEPA)****PLANO DE AULA 2**

Professora: Jacqueline de Sousa Alves

Data: 13/04/2012

Turno: Manhã-Tarde

Turma: EJA IV

Disciplina: História

Conteúdo: A História de Fortaleza

Objetivo:

- Valorizar e conhecer os pontos turísticos da nossa cidade e o seu desenvolvimento, cultural, social.

Metodologia:

- Acolhida texto reflexivo (A idade de ser feliz) leitura compartilhada, após a leitura do mesmo analisar o entendimento e a participação dos educandos, através de conversa informal.

Apresentar o conteúdo: A História de Fortaleza, abordando os seguintes aspectos:

- Fundação
- Fundador
- Significado do brasão
- Situação populacional
- Primeiros nomes da cidade
- Fatos históricos
- Pontos turísticos
- Economia.

Apresentando fotos atuais e antigas dos monumentos históricos da cidade, depois será entregue a cada educando o mapa da cidade para o mesmo possa localizar seu bairro (abrindo espaço para o educando falar sobre a realidade local).

Produção textual tema: A história do seu bairro

Recurso:

- Mapa da cidade
- Fotos monumentos históricos
- Texto (Mario Quintana)
- Caderno
- Lápis

Avaliação: processual e contínua

Observações:

- 1– Participaram da aula 8 adolescentes.

2- Por falta de tempo não foi realizado a produção textual.

APÊNDICE C – Questionário**CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ (CEPA)****QUESTIONÁRIO**

01) Pontue numa escala de 1 a 8 as disciplinas que você considera mas importantes:

- () Português
- () Matemática
- () Geografia
- () Arte
- () Ed. Física
- () História
- () Inglês
- () Ciências

02) Destas disciplinas existe alguma que se você pudesse, não estudaria de forma alguma?

03) Qual dos conteúdos apresentados nas aulas de História você lembra?

04) Como você gostaria que acontecesse as aulas de História?

05) Que importância tem os assuntos abordados na disciplina de História para você?

ANEXOS

ANEXO 1 – A idade de ser feliz

A idade de ser feliz

Existe somente uma idade para ser feliz. Somente uma época na vida de cada pessoa em que é possível sonhar e fazer planos. Ter bastante energia para viver, apesar de todas as dificuldades e obstáculos. Uma Só idade para a gente se encantar com a vida. Viver alegremente e desfrutar tudo com toda intensidade.

Fase dourada em que a gente pode criar e recriar a vida à nossa própria imagem, sorrindo cantando, brincando e dançando.

Tempo de entusiasmo e de coragem, em que todo desafio é um convite a lutar com muita disposição de se tentar algo de novo e quantas vezes for preciso.

Essa idade se chama presente e é tão passageira que tem apenas duração do instante que passa. Aproveite o máximo cada instante de sua vida, com muita disposição e alegria. Crie em sua vida motivos suficientes para ser verdadeiramente feliz seja qual for sua idade.

Mário Quintana.

ANEXO 2 – A Convivência

A Convivência

Durante uma era glacial muito remota, quando parte do globo terrestre esteve coberto por densas camadas de gelo, muitos animais não resistiram ao frio intenso e morreram indefesos, por não se adaptarem às condições do clima hostil. Foi então que uma grande manada de porcos-espinhos, numa tentativa de se proteger e sobreviver, começou a se unir, a se juntar mais e mais.

Assim cada um podia sentir o calor do corpo do outro.

E todos juntos, bem unidos, agasalhavam-se mutuamente, aqueciam-se enfrentando por mais tempo aquele inverno tenebroso. Porém, vida ingrata, os espinhos de cada um começaram a ferir os companheiros mais próximos, justamente aqueles que lhes forneciam mais calor, aqueles calor vital, questão de vida ou morte.

E afastaram-se feridos, magoados, sofridos. Dispensaram-se, por não suportarem mais tempo os espinhos dos seus semelhantes.

Mas isso não foi a solução. Afastados, separados, logo começaram a morrer congelados. Os que não morreram voltaram a se aproximar pouco a pouco, com jeito, com precauções, de tal forma que, unidos, cada qual com uma certa distância do outro, mínima, mas o suficiente para conviver sem ferir, para sobreviver sem magoar, sem causar danos recíprocos.

Assim, suportaram-se resistindo à longa era glacial.

Sobreviveram!

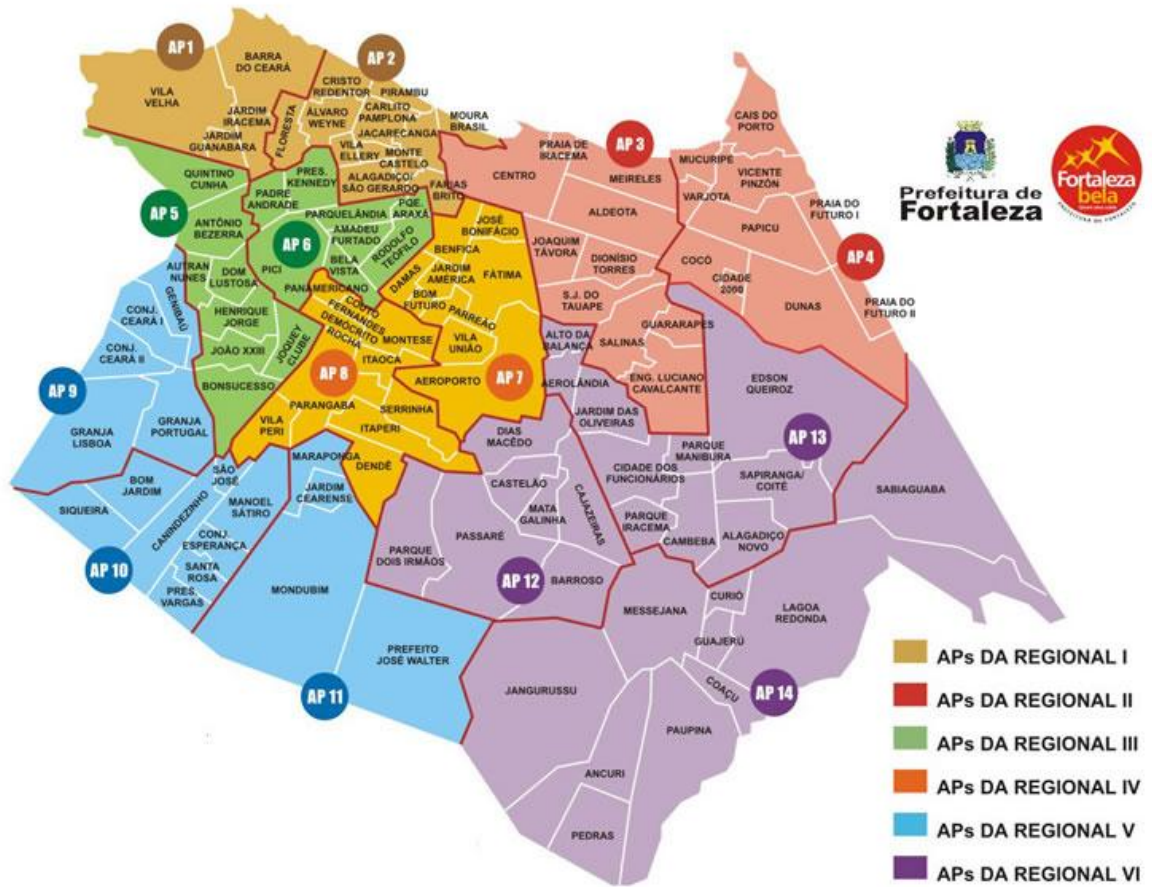
Quem quer colher rosas deve suportar os espinhos.

Esta parábola nos ensina como conviver no jogo da vida, aceitando as coisas boas e ruins, vencendo assim os obstáculos.

“Assis Lameida”

ANEXO 3 – Mapa de Fortaleza

Mapa de Fortaleza



ANEXO 4 – Trava-línguas



“Farofa feita com muita farinha
fofa faz uma farofa feia”.



“O peito do pé do padre Pedro
é preto”.



“Não tem truque: troque o
trinco, traga o troco e tire o
trapo do prato. Tire o trinco,
não tem truque, troque o troco
e traga o trapo do prato”.



“A aranha arranha a rã,
A rã arranha a aranha.
Arranha a aranha a rã?
A rã a aranha arranha?”.



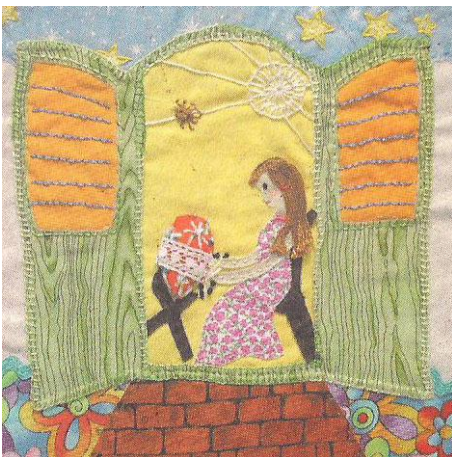
“A fiandeira fia a farda do
filho do feitor Felício”.



“– Alô, tatu tai?”

– Não, o tatu num tá

– Mas a mulher do tatu tando é mesmo que tatu tá”.



“Sabia que a mãe do Sabiá sabia que o Sabiá sabia assobiar!”

ANEXO 5 – Adivinhações

- 1) Cai em pé e corre deitado?
- 2) O que é o que é sempre se quebra quando se fala?
- 3) O que é que tem cabeça, tem dente, tem barba, mas não é bicho e nem gente?
- 4) Anda com os pés na cabeça?
- 5) É meu, mas meus amigos usam mais do que eu?
- 6) O que é que faz virar a cabeça de um homem?
- 7) O que é que nós matamos quando estamos matando?
- 8) O que é que nasce grande e morre pequeno?

ANEXO 6 – Música “Escravo de Jó”**Escravo de Jó**

Os escravos de Jó jogavam caxangá

Tira, põe, deixa o zabelê ficar

Guerreiros com guerreiros fazem

zigue, zigue, zá

Guerreiros com guerreiros fazem

zigue, zigue, zá

ANEXO 7 – Regimento do Centro Educacional Patativa do Assaré

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

*Coordenadoria da Proteção Social Especial / Medidas Socioeducativas
Centro Educacional Patativa do Assaré*

*Rua Soriano Albuquerque, 230 — Joaquim Távora CEP: 60.130-160
FAX: (0XX85) 3101-2121 FONE: 3101-4597*

NATUREZA DA UNIDADE

Atender a adolescentes com faixa etária de 17 anos, conforme encaminhamento do Juizado da Infância e da Juventude de Fortaleza, em regime de internação definitiva, consoante ao artigo 121 do Estatuto da Criança e o do Adolescente.

DIREITOS DO ADOLESCENTE

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, art. 124, constituem direitos dos adolescentes:

"Art. 124 - São direitos dos adolescentes privados de liberdade, entre outros, os seguintes:

- I. Entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II. Peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III. Avistar-se reservadamente com seu defensor, em horário de expediente normal;
- IV. Ser informado de sua situação processual sempre que solicitado;
- V. Ser tratado com respeito e com dignidade;
- VI. Permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsáveis;
- VII. Receber visitas ao menos semanalmente;
- VIII. Corresponder-se com seus familiares e amigos;

- IX. Ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;
- X. Habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
- XI. Receber escolarização e profissionalização;
- XII. Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
Ter acesso aos meios de comunicação social;
- XIII. Receber assistência religiosa, segundo a sua crença e desde que assim o deseje;
- XIV. Manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles que porventura depositados em poder da entidade;
- XV. Receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade".

1. ADMISSÃO

1.1. Todo adolescente deverá vir encaminhado com ofício do Juiz da comarca de Fortaleza. Caso venha encaminhado por Juízes de outras comarcas (interior), o condutor deverá ser orientado a procurar a Unidade de recepção Luís Barros Montenegro, para que a situação possa ser legalizada junto ao Juizado da Infância e da Juventude de Fortaleza;

1.2. No momento da admissão, deverá ser verificada a data de nascimento do socioeducando. Se este estiver em uma faixa etária diferente daquela atendida por este Centro Educacional, deverá ser encaminhado para a unidade adequada ao seu perfil;

1.3. Os adolescentes, provenientes de outras Unidades, só poderão ser admitidos, mediante ofício do Projeto Justiça Já ou do Juizado da Infância e da Juventude da comarca de Fortaleza;

1.4. Nesta ocasião, o interno deverá ser revistado na presença de seu condutor, verificando a existência de hematomas ou lesões corporais. Em caso de comprovação, estes deverão ser registrados em documento de duas vias, que terão que ser assinadas pelo condutor, ficando uma via deste documento na unidade. Posteriormente, este adolescente será encaminhado ao Setor de Enfermagem e, se necessário será levado ao hospital;

1.5. Todos os pertences do socioeducando deverão ser registrados em livro próprio, devendo ser discriminado cada item, marca e quantidade. Ao final do procedimento, o adolescente e o funcionário deverão assinar em local especificado e com letra legível.

1.6. Concluído o procedimento admissional, o adolescente será conduzido à reflexão para que seja feita a sua higiene corporal e em seguida seja atendido pela Equipe Técnica. Quando este chegar sob efeito de drogas, deverá aguardar o prazo de 24 horas para receber atendimento.

2. ATENDIMENTO TÉCNICO

2.1. Depois de admitido na unidade, o interno será conduzido para atendimento inicial no Serviço Social, que verificará a situação sócio-familiar, jurídica e de saúde do jovem. Nesta ocasião será mantido contato telefônico com os seus familiares.

2.2. Posteriormente, o adolescente será encaminhado ao Setor Pedagógico para que seja determinada em qual oficina profissionalizante e sala de aula será engajado.

2.3. Após o atendimento inicial pelo Setor Técnico, o interno deverá aguardar atendimentos posteriores, respeitando a ordem de admissão. Somente em casos especiais será atendido imediatamente.

3. VISITAS

3.1. A carteira de visita ou as autorizações _extras, somente serão expedidas pelo Setor Social; mediante a apresentação de documento oficial do visitante com foto e da entrega dos documentos originais do adolescente;

3.2. Na ocasião da primeira visita, mesmo que não sejam entregues os documentos do jovem, poderá ser feita uma autorização extra. A confecção da carteira de visita será sujeita à entrega dos referidos documentos, ficando as visitas suspensas até a situação ser regularizada;

3.3. O socioeducando terá direito apenas a dois dias de visitas semanais, com duração de 01 hora cada dia, obedecendo aos seguintes horários: de 08h00min as 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Os dias a serem escolhidos ficarão a critério de cada família. Em caso de visitantes provenientes de outras comarcas, estes permanecerão no horário popular estabelecido (8h a 1h) sendo apenas necessária a confecção de autorização extra;

3.4. As visitas aos adolescentes somente serão concedidas aos seguintes familiares: pais ou responsáveis legais e irmãos. Em caso de irmãos menores, à carteira de visita somente será expedida se estes estiverem acompanhados dos pais ou responsáveis, sendo necessária a presença destes, caso o jovem seja menor de 16 anos. Não será necessária a confecção de carteira de irmão com 13 anos incompletos, sendo obrigatória a apresentação de sua certidão de nascimento;

3.5. Outros parentes (tios, avós, padrasto ou madrasta) terão autorização somente após avaliação do Serviço Social, sendo submetida a uma avaliação criteriosa, depois de comprovado o parentesco através de documentação dos referidos e do jovem;

3.6. Será permitida a visita de namorada ou companheira, obedecendo aos seguintes critérios:

- Companheira ou namorada menor de idade, com no mínimo de 16 anos, somente fará carteira de visita com a autorização de seus responsáveis e acompanhada do responsável do adolescente, portando seus documentos pessoais originais e com foto; A visita só poderá ser realizada uma vez por semana, em dias úteis e em um dos dias constantes na carteira dos familiares;
- Companheira, que apresentar certidão de nascimento do filho registrado em nome de ambos, poderá visitar dois dias por semana regularmente, salvo nos finais de semana e feriados, desde que sejam nos dias correspondentes aqueles escolhidos pela família;

3.7. Caso ocorra qualquer problema de conduta inadequada do familiar durante a visita, este será advertido, a visita ficará suspensa e o fato deverá ser comunicado ao Juiz da 5ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude, a qual avaliará e se pronunciará a respeito do fato;

3.8. Não será permitida a visita com trajés inadequados como: minissaias, shorts curtos, blusas transparentes e/ou decotadas;

3.9. Será permitida apenas a entrada dos itens abaixo:

- 01 refrigerante de dois litros (LACRADO);
- 03 pacotes de biscoitos (LACRADOS);
- 01 pacote de doce (mariola) (LACRADO);
- 01 desodorante em creme;
- 01 par de sandálias (havaianas tradicional/BRANCA);
- 01 shampoo com líquido e embalagem TRANSPARENTES;
- 01 condicionador (pote);
- 01 sabonete (barra ou embalagem e líquido transparente);
- 02 mudas de roupa (não sendo permitidas roupas de marca);
- 01 tubo de cola branca (pequeno);
- 200 folhas de papel A4 colorido.

3.10. Não será permitida a entrega de roupas nos finais de semana e feriado;

3.11. Os adolescentes provenientes do interior que não recebem visita terão direito a receber roupas e lanches de parentes residentes nesta capital;

3.12. Todo material trazido pela família será revistado antes de ser entregue ao adolescente. O interno também deverá ser revistado ao entrar e ao sair da visita;

3.13. Todo adolescente oriundo de outras comarcas, venham com dinheiro, terá direito de comprar os itens referidos no item 3.9.

1. BLOCO

1.1. Não é permitida a desordem e o barulho durante o repouso. Caso o adolescente insista, será advertido pelo instrutor do bloco e/ou Coordenador. Em caso de reincidência, será punido de acordo com a norma disciplinar;

1.2. No despertar, o socioeducando terá que cumprir rigorosamente o horário estabelecido pela Unidade, caso contrário será advertido. Em reincidência, será recolhido no dormitório por 24 horas, porém permanece participando das atividades pedagógicas e todas aquelas propostas pelo Setor Técnico;

1.3. Caso permaneça na reincidência será conduzido à reflexão, permanecendo por no mínimo 48 horas, tendo todas as atividades suspensas;

1.4. Qualquer deslocamento dos adolescentes dos blocos deverá ser feitos com ordem e organização;

1.5. É obrigatório o uso da camisa sempre que houver visitas no bloco;

1.6. A revista deverá ser realizada na saída e na entrada dos blocos, sempre que o jovem for deslocado para o refeitório, sala de aula, oficinas, recreação, visita, atendimento técnico ou qualquer outra atividade;

1.7. Os adolescentes terão direito a assistir televisão e a ouvir som no bloco;

1.8. Durante a semana, a programação da televisão será exclusiva do canal 10 e deverá ser desligada após a programação que se inicia com o término da novela das 21h00min. Aos domingos, a programação será encerrada somente após o Fantástico (GLOBO);

1.9. O rádio será sintonizado em estações que não reproduzam músicas que incitem a violência;

1.10. Fica proibido o deslocamento do som ou TV para ser usado em desacordo com a programação da unidade.

2. REFEIÇÕES

2.1. Todo adolescente terá direito a cinco refeições diárias (café da manhã, almoço, merenda, jantar e ceia), porém a alimentação não poderá ser desperdiçada, derramada ou repassada para outro interno. Caso isto aconteça, o responsável será chamado à atenção pela Equipe de Instrutores. Havendo reincidência, sofrerá punição disciplinar;

2.2. Ao chegarem ao refeitório, os socioeducandos farão um momento de oração, em seguida se alimentarão em silêncio;

2.3. Após as refeições, os adolescentes serão encaminhados para os dormitórios.

3. LIGAÇÕES

3.1. A primeira ligação será realizada no atendimento inicial ao adolescente, por um Técnico ou Estagiário do Setor Social. As demais ligações serão realizadas por outro profissional designado pela Direção. Estas terão a duração de 10 (dez) minutos a contar a partir do momento em que o familiar atenda a ligação;

3.2. As ligações serão feitas no horário de 08h00min às 11h30min e de 13h30min às 17h00min;

3.3. Adolescentes residentes na Capital e Região Metropolitana:

- Caso recebam visita, poderão realizar ligações, com intervalo mínimo de 15 (quinze) dias, se os familiares não comparecerem durante este período;
- Os adolescentes cujos familiares não tenham carteira de visitante poderão realizar uma ligação semanal, previamente agendada;

3.4. O adolescente procedente do interior realizará uma ligação semanal;

3.5. Caso o contato não possa ser efetivado no dia marcado, por motivos externos à unidade, este será feito no dia útil seguinte ou conforme a disponibilidade da programação;

3.6. O contato telefônico só será permitido com pais, responsáveis, irmãos, tios, avós, namorada ou companheira;

3.7. Em casos extraordinários, em que o único meio de contato com o responsável for através de telefone celular, será concedido o direito à ligação uma vez por mês.

4. ATIVIDADES E ROTINA

4.1. O funcionamento da unidade ocorrerá com horários pré-estabelecidos;

4.2. Os socioeducandos serão recolhidos aos dormitórios às 17h00min, quando será distribuído o jantar;

4.3. As revistas na unidade serão de responsabilidade dos coordenadores e instrutores educacionais, devendo ser periódicas e diárias. As vistorias gerais acontecerão uma vez por semana. Caso seja necessário, contaremos com a ajuda da Polícia Militar;

4.4. Caso os fatos previstos nesta norma ocorram em finais de semana, feriados ou na ausência da Direção e Equipe Técnica, fica sob responsabilidade dos Coordenadores dos respectivos plantões tomar as devidas providências. Estes serão avaliados no próximo dia útil, cabendo somente à Direção a suspensão das visitas;

4.5. Todos os casos de indisciplina dos adolescentes que estejam na reflexão ou recolhidos nos dormitórios poderão ser reavaliados pela Direção, juntamente com a Equipe Técnica e Coordenação de Disciplina, ficando a critério dos mesmos a suspensão ou redução de sua punição;

4.6. O socioeducando que estiver na reflexão não sofrerá restrições relativas às necessidades básicas de alimentação e higiene. Os benefícios extras ficarão suspensos temporariamente, até que a medida disciplinar seja extinta;

4.7. A limpeza interna da unidade; no tocante aos blocos, será de responsabilidade dos adolescentes, devendo ser elaborada uma escala, que deve ser cumprida, ficando também estabelecido mutirões de limpeza em todos os blocos, que ocorrerão as segundas, quartas e sextas, em complemento à limpeza diária. Caso haja recusa, o interno deve ser advertido pela Coordenação e orientado com relação a sua conduta. Em caso de reincidência, será recolhido ao dormitório por 24 horas;

4.8. É obrigatória a participação do socioeducando em sala de aula, oficina, cursoprofissionalizante, ao trabalho na unidade da Empresa Metal Mecânica Maia e demais atividades propostas pela Equipe Técnica. Caso haja recusa, o adolescente deverá ser encaminhado ao setor Pedagógico e/ou a Equipe de Acompanhamento a Profissionalização, sendo orientado com relação ao seu comportamento;

4.9. Se houver reincidência, o jovem deverá ser recolhido e encaminhado ao dormitório por um período de 24 horas, possibilitando um momento de reflexão sobre a sua conduta. Em constante reincidência, este será recolhido à reflexão, ficando o período a ser determinado pela Direção;

4.10. Se houver indisciplina em sala de aula por desrespeito, assédio, agressão física ou verbal ao funcionário ou ao colega, danos materiais e/ou atos libidinosos, o adolescente será encaminhado à reflexão por no mínimo 48 horas e no máximo 72 horas;

4.11. Cometendo agressão física sem lesões, o jovem será encaminhado à reflexão por no mínimo 48 horas e no máximo 72 horas;

4.12. Em caso de agressão física com lesão ou atentado violento ao pudor, o adolescente será encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente — DCA se for menor de idade ou Delegacia Distrital se for maior de idade, para expedir guia de exame de corpo delito e, em seguida, fazer o procedimento legal. Retornando à unidade o socioeducando será conduzido à reflexão por um período a ser avaliado pela Direção e Equipe Técnica;

4.13. Ocorrendo destruição de patrimônio público, tumulto ou motins, deverão ser identificados os líderes, encaminhados à reflexão e feito o procedimento legal junto à DCA ou Delegacia Distrital;

4.14. Em caso de fuga, retornando o adolescente para a unidade em até 24 horas, deverá ser recebido e o fato comunicado ao Juiz.

ANEXO I

HORÁRIO DA ROTINA INSTITUCIONAL

➤ SEGUNDA-FEIRA À SEXTA-FEIRA

INICIO	FINAL	ATIVIDADE
06h30min	*	DESPERTAR
06h45min	*	BANHO
06h45min	07h00min	CAFÉ DA MANHÃ DOS INSTRUTORES EDUCACIONAIS
07h00min	07h15min	PERMUTA DO PLANTÃO DIURNO
07h15min	07h45min	CAFÉ DA MANHÃ DOS ADOLESCENTES
08h00min	10h00min	SALA DE AULA
08h00min	11h30min	OFICINAS PROFISSIONALIZANTES
07h00min	08h00min	LAZER MANHÃ
10h00min	12h00min	LAZER MANHÃ
11h30min	12h00min	ALMOÇO
12h00min	13h00min	REPOUSO
13h00min	13h30min	BANHO

13h30min	15h30min	SALA DE AULA
16h30min	16h50min	SALA DE AULA
13h30min	15h30min	OFICINAS PROFISSIONALIZANTES
16h30min	16h50min	OFICINAS PROFISSIONALIZANTES
15h30min	16h00min	LANCHE
16h00min	18h00min	LAZER TARDE
17h00min	*	RECOLHIMENTO DOS ADOLESCENTES NOS DORMITÓRIOS
18h00min	18h30min	JANTAR DOS ADOLESCENTES
18h30min	19h00min	JANTAR DOS INSTRUTORES EDUCACIONAS
19h00min	19h15min	PERMUTA DOS INSTRUTORES DO PLANTÃO NOTURNO

OBS: Os blocos que não estiverem em atividade pedagógica permanecerão em seu próprio pátio, assistindo TV.

DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

5. A unidade funciona em regime de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à seguinte escala:
 - Instrutores Educacionais: dois plantões de 12 (doze) horas, com folga de 48 (quarenta e oito) horas;
 - Setor Administrativo: de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00min as 17h00min, com intervalo de 01 hora de almoço.
6. Não é permitida a entrada de funcionário após a tolerância de 15 minutos;
7. Em caso de falta não justificada, o funcionário será advertido por escrito ou até mesmo demitido se a Direção assim decidir;
8. Em caso de falta, esta somente será justificada por atestado médico, excluindo-se quaisquer outros documentos;
9. O instrutor educacional que não comparecer ao plantão de apoio, não poderá repor, sendo retirado da escala de apoio no mês seguinte;
10. Sempre que qualquer colaborador for convocado para participar de atividades extras, tais como: reuniões, treinamentos e outros, e não comparecer deverá justificar-se junto à Coordenação e/ou Direção;

11. Os colaboradores que trabalham em regime de plantão deverão 15 (quinze) plantões mensais. Caso esta quantidade seja excedida, será concedida uma folga no mês subsequente, com comunicação prévia à Coordenação e Direção;
12. É expressamente proibida a troca de plantão sem autorização da Direção;
13. É necessário o uso do crachá e do fardamento completo, por parte dos funcionários;
14. O setor administrativo somente terá acesso ao interior da unidade usando jaleco;
15. É proibido o uso de sandálias durante o horário de trabalho do plantão diurno. O plantão noturno poderá utilizá-las somente após as 20h30min;
16. Fica expressamente proibido fornecer aos adolescentes qualquer objeto;
17. É proibido o uso de bermuda no interior da unidade pelos colaboradores;
18. O instrutor educacional somente terá acesso a ligações nos seguintes horários:
 - 12h00min às 13h00min (Plantão Diurno)
 - 21h00min às 22h00min (Plantão Noturno)
19. É expressamente proibido o acesso e o uso de celulares e aparelhos de som no interior da Unidade, sendo esta norma extensiva a todos aqueles que realizem o carregamento e descarregamento de materiais no interior deste centro educacional. Os objetos deverão ser tingues na recepção, com exceção do setor administrativo;

20. Só será permitida a entrada de máquinas fotográficas, filmadoras ou outros objetos similares com autorização da Direção e/ou Equipe Técnica;
21. Não é permitido que os familiares dos adolescentes ou visitantes utilizem celulares ou fumem na sala de visita;
22. A programação da TV e do som é exclusiva do adolescente, respeitando as orientações previamente definidas;
23. Após o recolhimento dos adolescentes nos dormitórios, a TV e o som serão desligados, não sendo permitido o seu uso por parte dos colaboradores;
24. Nos feriados e finais de semana, bem como no período da noite, os corredores deverão ser mantidos fechados e a chave deverá ficar sob a responsabilidade de um instrutor educacional cada ala;
25. O uso de lanternas e lampiões é exclusivo do horário noturno, sendo de responsabilidade do coordenador de cada plantão;
26. Fica proibida a entrada de pessoas portando qualquer tipo de objeto cortante. Somente será liberado, mediante a avaliação feita pela Direção, Equipe Técnica e/ou Coordenação;
27. Informações pessoais sobre os adolescentes não devem ser comunicadas por HT;
28. O instrutor educacional somente poderá interferir durante o horário de aula por solicitação do professor e/ou em situações de emergência;

29. Não é permitido o acesso de materiais pornográficos na unidade;
30. Não deverá ser oferecido ao adolescente qualquer benefício em troca da execução de atividades propostas pela unidade;
31. O relatório diário deverá ser escrito com clareza e transparência, sendo de total responsabilidade do relator, que deverá assinar com letra legível;
32. Os profissionais não deverão se envolver com as intimidades dos adolescentes e familiares;
33. O instrutor educacional não poderá aplicar uma medida disciplinar ao adolescente baseando-se em seus próprios conceitos, devendo pautar-se exclusivamente nas normas estabelecidas pelo centro educacional. Caso não aconteça, tal fato poderá ser revisto pela Direção, Equipe Técnica e/ou Coordenação de Disciplina;
34. Ao punir o adolescente por um ato de indisciplina, o colaborador deve registrar no livro de ocorrência do bloco e no relatório dos coordenadores, detalhando todo o ocorrido e ao final assinar de forma legível;
35. Não é permitido jogar chaves ou outros objetos aos colegas de trabalho, devendo o mesmo ser entregue em mãos;
36. Os colaboradores que realizam as refeições no refeitório interno da unidade devem mantê-lo sempre limpo após a sua utilização;
37. É dever do instrutor educacional repassar aos adolescentes o material fornecido pela unidade, garantindo-lhes sempre as condições básicas para a sua higiene pessoal;

38. Os coordenadores de cada plantão deverão realizar reuniões quinzenais com os instrutores educacionais, sendo necessária a transmissão dos assuntos abordados para a Direção ou Equipe Técnica;
39. Caso aconteçam situações imprevistas, procurar resolver com os responsáveis de cada setor competente;
40. Não é permitido ao funcionário levar qualquer objeto da unidade sem antes solicitar a permissão da Direção;
41. Só é permitida a entrada no monitoramento, da Direção, Equipe Técnica, Coordenadores e Comando da guarda, salvo em casos especiais; Fica estabelecido o horário para as refeições:
- Instrutores Educacionais:
 - Café da manhã: 06h45min às 07h00min
 - Almoço: 12h00min às 13h00min
 - Jantar: 18h30min às 19h00min

 - Setor Administrativo: e, Café da manhã: 07h30min às 08h00min
 - Almoço: 12h00min às 13h00min
42. Fica estabelecido o horário para permuta de plantão:
- Plantão Diurno: 07h00min às 07h15min
 - Plantão Noturno: 19h00min às 19h15min

43. Não é permitido nenhum tipo de agressão, ou abuso de autoridade dos colaboradores aos adolescentes. Caso isto venha acontecer, a Direção e Equipe Técnica da unidade tomarão as devidas providências;
44. Será de responsabilidade do colaborador designado para cumprir o plantão na recepção não permitir a entrada de qualquer pessoa neste espaço;
45. Todos que forem adentrar a unidade devem deixar seus pertences na recepção;
46. O colaborador designado para a portaria interna da unidade terá sob sua incumbência a fiscalização dos objetos que entram e saem com qualquer tipo de material, inclusive aqueles que são pertencentes ao Centro Educacional;
47. É passível de demissão o colaborador que se envolver em conflitos verbais ou agressões físicas, sejam estes direcionados aos socioeducandos ou aos demais profissionais;
48. É dever de todos os colaboradores, agir com responsabilidade, compromisso e ética com a instituição e os colegas.

HORÁRIO DE TRABALHO DOS COLABORADORES

Setor Administrativo:

08h00min às 17h00min (Segunda a Sexta)

Instrutores Educacionais:

07h00min às 19h00min

19h00min às 07h00min

Portaria:

07h00min às 18h30min (permuta de plantão às 07h00min)

Cozinheiras:

06h00min às 14h00min

06h00min às 18h00min

09h00min às 21h00min

Auxiliar de Serviços Gerais:

07h00min às 16h00min

Fortaleza, 06 de Outubro de 2011

ANEXO 8 – Fluxograma técnico / Administrativo - CEPA

Centro Educacional Patativa Do Assaré – CEPA
Fluxograma Técnico / Administrativo

